

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 2ª Série de Quotas Seniores do

RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

CNPJ/MF nº 08.284.271/0001-28

Classificação de Risco das Quotas Seniores: “brAAf”

Código ISIN: BRRLECTF021



DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS (A “OFERTA”), TOTALIZANDO:

R\$ 100.000.000,00

O Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado e destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos de crédito originados por operações de natureza financeira, com lastro em Contratos de Mútuo ou Cédulas de Crédito Bancário, celebrados entre o Banco Rural S.A. com servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e os aposentados e pensionistas Cíveis e Militares dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais, de acordo com as demais especificações e condições descritas no Regulamento, em especial nos Capítulos IV e V (os “Direitos de Crédito”).

Serão objeto de distribuição pública pelo Coordenador 100.000 (cem mil) Quotas Seniores de 2ª Série, em mercado de balcão não organizado, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 5 de setembro de 2006, seu regulamento (o “Regulamento”) e respectivo ato de constituição foram registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 2006, sob o nº 847642, com alterações posteriores registradas no 3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro em 07 de março de 2007, sob o nº 863209 e em 28 de abril de 2008, sob o nº 896196. Em [•] de [•] de 2008, a Administradora protocolou na CVM pedido de registro automático da Oferta, nos termos do Artigo 20, Parágrafo 1º da Instrução CVM 356, sendo o registro definitivo da presente oferta concedido em [•] de [•] de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFID/2008/[•]. O Fundo é administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61 (a “Administradora”).

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler na seção “Fatores de Risco”, conforme descrito nas páginas 30 a 37 deste Prospecto. Ainda que a Administradora mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (a “Carteira”), há risco de perdas no Fundo ou para o investidor. O Fundo não conta com garantia da sua Administradora, do Custodiante, do Cedente, do Coordenador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

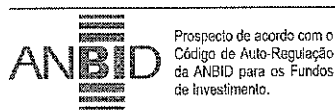
Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme o Capítulo IV do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

Somente Investidores Qualificados, conforme definido na Instrução CVM 409/04, podem adquirir quotas do Fundo.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no Fundo, recomendamos ao investidor a leitura cuidadosa deste Prospecto e do Regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da Carteira do Fundo, e das disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos Fatores de Risco.

“A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”



ADMINISTRADORA



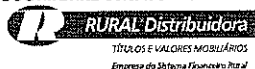
BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

CUSTODIANTE E AGENTE DE
RECEBIMENTO



“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora e das demais instituições prestadoras de serviços.”

COORDENADOR E ESTRUTURADOR



AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



AUDITOR INDEPENDENTE



ASSESSORES LEGAIS



A data deste Prospecto Definitivo é 29 de abril de 2008.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora, a Gestora da carteira mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Administradora do fundo, do Cedente, da Gestora da carteira, do Custodiante ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme indicado no Capítulo IV do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus quotistas”.

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como do prazo médio dos ativos que compõem sua carteira.. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor”.

“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos direitos creditórios, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas presunções que o distribuidor considera razoáveis. Expectativas são, necessariamente, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas, resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem ser substanciais.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	7
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR, DOS CONSULTORES E AUDITORES.....	13
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	14
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	18
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	18
O FUNDO.....	19
TIPO DE FUNDO	19
BASE LEGAL	19
PÚBLICO ALVO.....	19
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	20
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	20
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS.....	23
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO	26
FORMA E ESPÉCIE	26
EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES.....	26
EMISSÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS.....	26
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO	27
EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	27
AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADOS	27
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	28
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	28
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	28
ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	29
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	30
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	30
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS.....	30
FATORES DE RISCO	31
RISCOS DE MERCADO.....	31
RISCOS DE CRÉDITO	32
RISCO DE LIQUIDEZ.....	33
RISCO OPERACIONAL	35
OUTROS RISCOS	36
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	39
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	40
EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	40
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	42
ASSEMBLÉIA GERAL	45
COMPETÊNCIA.....	45
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO.....	45
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO.....	48
TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO	49
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	49
ENCARGOS DO FUNDO.....	49
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO	50

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	51
IOF	51
IMPOSTO DE RENDA	51
<i>PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO</i>	<i>54</i>
ADMINISTRADORA	54
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	55
AGENTE DE COBRANÇA E FIEL DEPOSITÁRIO.....	55
GESTOR.....	55
COORDENADOR E COLOCADOR DAS QUOTAS SENIORES DO FUNDO.....	56
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....	56
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	57
AUDITORIA.....	57
PARTES RELACIONADAS	57
<i>DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>59</i>
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	59
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	59
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	59
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	60
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	60
CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O CEDENTE E OS CONSIGNANTES.....	61
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	62
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	62
PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	62
POLÍTICA DE COBRANÇA.....	62
RESOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO.....	63
ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO DE FOLHA DE BENEFÍCIOS	64
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	65
COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	65
INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO	66
<i>INFORMAÇÕES SOBRE OS SACADOS E SOBRE A CARTEIRA DO FUNDO</i>	<i>71</i>
INADIMPLÊNCIA	71
PRÉ-PAGAMENTO	71
HISTÓRICO DE RECEBIMENTO DA CARTEIRA	71
CARACTERÍSTICAS DOS EMPRÉSTIMOS	72

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Regulamento do Fundo	74
Anexo II	Suplemento ao Regulamento	149
Anexo III	Súmula de Classificação de Risco	152
Anexo IV	Relatório do Auditor Independente	162
Anexo V	Declaração da Administradora, nos termos do Artigo 56 da ICVM 400	164
Anexo VI	Declaração do Coordenador da Oferta, nos termos do Artigo 56 da ICVM 400	166

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 do Regulamento;
Agência de Classificação de Risco:	é a Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora a qualquer título;
Agente de Recebimento:	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
Agente Escriitrador:	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
Amortização Programada:	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento de cada série;
Aposentados e Pensionistas:	são os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social do INSS e os aposentados e pensionistas Cíveis e Militares dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais;
Assembléia Geral:	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII do Regulamento;
Ativos Financeiros:	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
BOVESPAFIX:	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
Cedente:	é o Banco Rural S.A., o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
CETIP:	é a Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Consignante:	é o órgão ou entidade da administração federal, estadual e municipal direta, autárquica ou fundacional, que procede a descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, aposentado ou pensionista, em favor de consignatário, conforme listados no Anexo IV do Regulamento;
Conta do Fundo:	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco

	Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Contas de Recebimento:	são as contas de recebimento mantidas junto ao Agente de Recebimento, as quais só podem ser movimentadas por este último, exclusivamente na forma estabelecida no Contrato de Agente de Recebimento;
Contrato de Agente de Recebimento:	é o Contrato de Prestação de Serviço para recebimento dos valores consignados, celebrado entre o Cedente, o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente de Recebimento;
Contrato de Cessão:	é o contrato de cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, a Administradora e o Cedente, e seus Termos de Cessão;
Contrato de Cobrança:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e o Cedente;
Contrato de Custódia:	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Escrituração:	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Gestão:	é o contrato firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;
Contratos de Mútuo:	são os contratos de mútuo celebrados entre Banco Rural S.A. e cada Mutuário ou as cédulas de crédito bancário emitidas por estes últimos em favor do Cedente, por meio dos quais são formalizados os termos e as condições de empréstimo concedidos pelo Cedente aos Mutuários;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco:	é o Contrato para Elaboração de Rating de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
Convênios:	são acordos firmados pelo Cedente com os governos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta, fundações públicas, conforme listados no Anexo IV do Regulamento, para que a totalidade das parcelas dos empréstimos devidos por cada Mutuário seja consignada diretamente nos proventos dos Mutuários, junto ao respectivo Consignante, em benefício do Cedente ou do Fundo, conforme o caso;
Crítérios de Elegibilidade:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 12 do Regulamento;

Custodiante:	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;
Datas de Amortização:	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso;
Data da 1ª Subscrição de Quotas:	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data de Resgate:	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
Dias Úteis:	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
Direitos de Crédito:	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Contratos de Mútuo celebrados pelo Cedente com Mutuários, observado o disposto no Regulamento;
Direitos de Crédito Elegíveis:	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 do Regulamento;
Documentos Comprobatórios:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 26 do Regulamento;
Documentos da Operação:	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas e Contrato de Agente de Recebimento;
Encargos do Fundo:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 58 do Regulamento;
Eventos de Avaliação:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 54 do Regulamento;
Eventos de Liquidação:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 56 do Regulamento;
Excesso de Cobertura:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 do Regulamento;
Fundo:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
Instituições Autorizadas	Instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco (<i>rating</i>) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Standard & Poor's, ou

	classificação de risco (<i>rating</i>) equivalente, emitida pela Moody's ou pela Fitch;
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social;
Instrução CVM 356:	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003;
Investidores Qualificados:	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
Meta de Rentabilidade Prioritária:	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com o Regulamento;
Mutuários:	são servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias e fundações públicas, listadas no Anexo IV do Regulamento, e Aposentados e Pensionistas que venham a contrair empréstimo junto ao Cedente;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
Patrimônio Líquido:	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XXI do Regulamento;
Periódico:	é o jornal Gazeta Mercantil;
Política de Cobrança:	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
Quotas:	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
Quotas Seniores:	são as quotas da classe Sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
Quotas Seniores em Circulação:	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas, bem como aquelas que sejam pertencentes ao Cedente, sua controlada ou coligada, seu controlador ou seu conselheiro e diretor;
Quotas Subordinadas:	são as quotas da classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;

Quotistas:	são os titulares das Quotas;
Razão de Garantia:	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 51 do Regulamento;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo;
Reserva de Liquidez:	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 45 do Regulamento;
Resolução CMN 2.907:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SOMAFIX:	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados;
Suplemento:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32, Parágrafo 1º do Regulamento;
Taxa de Administração:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Regulamento;
Taxa DI:	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
Termo de Adesão ao Regulamento:	é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do Regulamento;

Valor Unitário de Emissão:	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série;
Valor Unitário de Referência:	significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR, DOS CONSULTORES E AUDITORES

Instituição Administradora

BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Fone: (21) 3974-4535
Fax: (21) 3974-4501

Coordenador da Colocação das Quotas Seniores

Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rua Rio de Janeiro 927, 13º andar
Belo Horizonte - MG
Fone: (31) 2126-5348

Gestor do Fundo

BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda.
Av. Almirante Barroso, 52 - sala 3301
Rio de Janeiro - RJ
Fone: (21) 2510-9900
Fax: (21) 2510-9901

Agência de Classificação de Risco

Standard and Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1253, 10º andar
Cidade de São Paulo – SP
Fone: (11) 5501-8941

Auditores Contratados

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
São Paulo – SP
Fone: (11) 3067-3000

Consultores Legais

Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados
Rua Funchal, 418, 11º andar
São Paulo - SP
Tel: (11) 3089-6529
Fax: (11) 3089-6565

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

Emissor:	Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Cedente dos Direitos Creditórios:	Banco Rural S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 927, 14º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 33.124.959/0001-98.
Direitos de Crédito:	Cada prestação devida pelo Mutuário ao Cedente ou a seus respectivos cessionários, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Cedente e um Mutuário, nos termos do Contrato de Mútuo e do Regulamento, cujo pagamento será realizado por meio de desconto (consignação dos valores devidos, observados os procedimentos estabelecidos no Convênio), quando do pagamento pelo órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional, dos benefícios devidos aos respectivos Mutuários.
Instituição Administradora:	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61.
Coordenador:	Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro 927, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.360.777/0001-60.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A. com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001/12.
Auditor:	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.

Agência de Classificação de Risco:	Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0002-20.
Quantidade de Quotas Seniores da 2ª Série:	100.000 (cem mil) Quotas Seniores.
Montante da Oferta:	R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores da 2ª Série:	R\$1.000,00 (um mil reais).
Valor Mínimo de Investimento:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Emissão da 2ª Série:	16 de abril de 2008.
Datas de Amortização das Quotas Seniores da 2ª Série:	Mensalmente, a partir do 19º (décimo nono) mês contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas até o 60º (sexagésimo) mês.
Período de Carência da 2ª Série:	18 meses, contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas.
Data de Resgate das Quotas Seniores da 2ª Série:	60º mês, contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 2ª Série:	Taxa DI acrescida de 2% ao ano.
Classificação de Risco das Quotas Seniores da 2ª Série:	brAAf.
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores:	180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da Quotas Seniores.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 2ª Série:	O Coordenador realizará, em regime de melhores esforços, a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão não organizado. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos. Os pedidos

serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de Quotas Seniores para subscrição.

Negociação:

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX e no BOVESPAFIX, e, a critério da Administradora, seguindo orientações do Gestor, na CETIP (através do Módulo de Distribuição de Cotas – MDC), de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas Seniores de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas Seniores sejam Investidores Qualificados.

Forma de Subscrição e Integralização:

No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Seniores da 2ª Série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

Aplicação dos Recursos pelo Fundo:

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

Público Alvo:

Investidores Qualificados.

Publicações:

As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Gazeta Mercantil”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta:

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da oferta.

Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o manifestante deverá ser cientificado de que a oferta original foi alterada, com indicação das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.

Maiores Informações:

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora ou do Coordenador da Oferta, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo:

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.

Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro

Rio de Janeiro - RJ

<http://www.bnymellonservicosfinanceiros.com.br/>

RURAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua Rio de Janeiro 927, 13º andar

Belo Horizonte - MG

<http://bancorural.com.br>

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro, RJ

www.cvm.gov.br

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO - BOVESPA

Rua XV de Novembro, nº 275,

São Paulo, SP

www.bovespa.com.br

CÂMARA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA - CETIP

Rua Libero Badaró, nº 425, 24º andar

São Paulo-SP

www.cetip.com.br

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

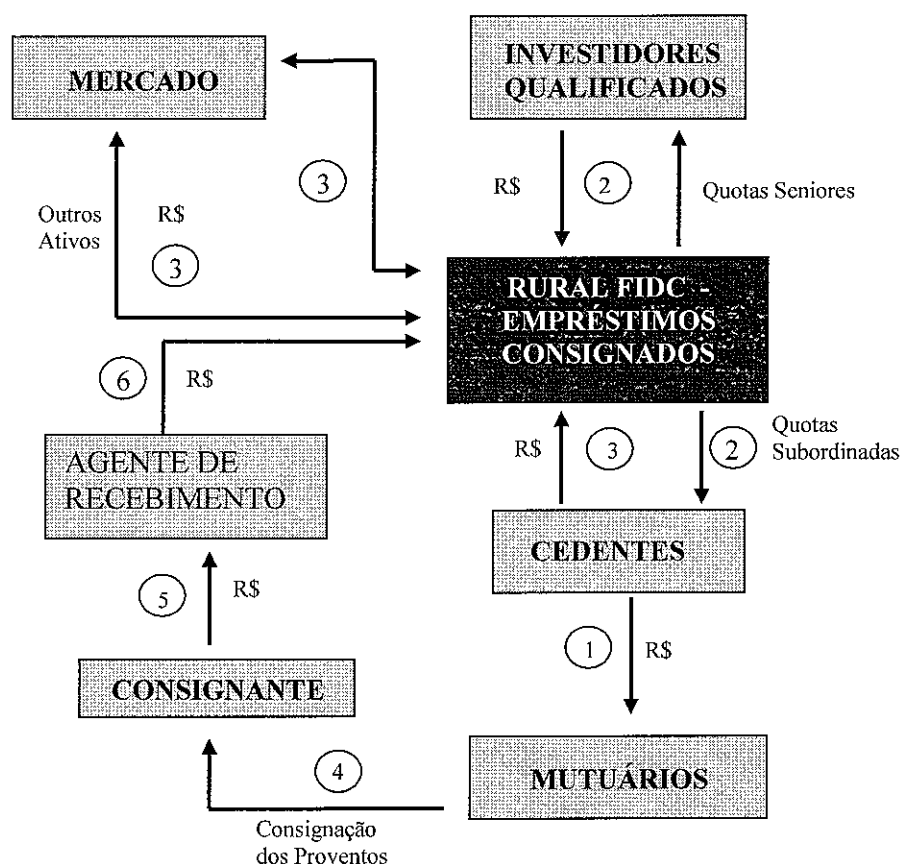
O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora, do Coordenador, da CVM, do BOVESPAFIX e SOMAFIX e da CETIP.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, constante do Anexo I ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.

FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



1. O Cedente concede empréstimos aos Mutuários, constituindo Direitos de Crédito.
2. O Fundo capta recursos por meio de emissão e subsequente integralização pelos investidores de suas quotas. As Quotas Seniores são destinadas exclusivamente a investidores qualificados, sendo colocadas pela Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. As Quotas Subordinadas são destinadas exclusivamente ao Cedente.
3. O Fundo adquire Direitos de Crédito e outros ativos utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima.
4. O Consignante desconta dos proventos dos Mutuários, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período.

5. Os valores descontados são repassados ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de Agente de Recebimento.
6. O Agente de Recebimentos repassa ao Fundo os valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

O FUNDO

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, por deliberação especial da Assembléia Geral de Quotistas, ou em virtude de sua liquidação antecipada. O prazo de duração do Fundo será indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nas seções “*Liquidação do Fundo*” e “*Assembléia Geral*” deste Prospecto.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 2006, sob o nº 847642, com alterações posteriores registradas no 3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro em 07 de março de 2007, sob o nº 863209.

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito oriundos de empréstimos concedidos pelo Cedente aos Mutuários, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em folha de pagamento dos Mutuários, nos termos do Regulamento. Os Direitos de Crédito só são comprados pelo Fundo após verificação pelo Custodiante do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, conforme previsto no Regulamento.

Os recebíveis adquiridos pelo Fundo não contam com nenhuma forma de coobrigação do Cedente.

TIPO DE FUNDO

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios fechado

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN nº 2.907 e a Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, Instrução CVM nº 435, de 05 de julho de 2006, pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, pela Instrução CVM nº 446, de 19 de dezembro de 2006 e pela Instrução CVM 458 de 16 de agosto de 2007.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA CLASSE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO

“brAAF”

CLASSIFICAÇÃO PERANTE A ANBID E A CVM

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme definido na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

A integralização das Quotas Seniores da 2ª Série deverá ser gradativa, na medida em que os Direitos de Crédito sejam ofertados pelo Cedente e seja verificada a sua observância aos Critérios de Elegibilidade e desde que os Direitos de Crédito estejam comercialmente qualificados para aquisição pelo Fundo.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

Cada série de Quotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento das Quotas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores. A rentabilidade alvo das Quotas Seniores do Fundo para as Quotas Seniores da 2ª Série é equivalente a taxa média do CDI (over) no respectivo período, calculada diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 2% ao ano.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto no Capítulo IV do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40-A, da Instrução CVM 356).

O Fundo é voltado preponderantemente à aplicação em Direitos de Crédito, os quais são originários do segmento de empréstimos concedidos a servidores públicos de órgãos e entidades dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a Aposentados e Pensionistas conforme listados no Anexo IV do Regulamento, com pagamento mediante desconto em folha de pagamento.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos de Crédito (“Alocação Mínima”). O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da Carteira do Fundo:

Composição da Carteira e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo Máximo	
	50%	100%
(a) Direitos de Crédito		

(b) Moeda corrente nacional	0%	50%
(c) Títulos públicos de emissão do Banco Central	0%	50%
(d) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional	0%	50%
(e) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens “c” e “d” acima, contratadas com Instituições Autorizadas	0%	50%
(f) certificado de depósito bancário cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, com certificação por agência de classificação de risco localizada no País, dentre os seguintes emissores: Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, Unibanco S/A, Banco ABN Amro-Real S/A, Banco Santander Brasil S/A, Banco Safra S/A, Banco Citibank S/A, BankBoston Banco Múltiplo S/A, Banco HSBC S/A.	0%	50%
(g) quotas de fundos de investimento de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem no mínimo 60% de seus recursos nos ativos listados em “c” e “d” acima.	0%	50%

O total de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, vinculados a cada Consignante, deverá representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido, para Consignantes que sejam órgãos ou entidades da Administração Pública Federal e ao INSS, limitado ao montante agregado de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido entre os 3 (três) Consignantes com maior percentual financeiro de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, com exceção do INSS.

Os 3 (três) Consignantes com maior percentual financeiro de Direitos de Créditos cedidos ao Fundo, que sejam entidades da Administração Pública Federal, excluindo-se o INSS, deverão representar no máximo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido.

O Custodiante realizará, trimestralmente, procedimentos específicos com o objetivo de verificar a taxa de inadimplência, por Consignante, da carteira de Direitos de Crédito de tempos em tempos cedidos ao Fundo. Caso o valor total de inadimplência dos Direitos de Crédito vinculados a um mesmo Consignante seja igual ou superior a 6% (seis por cento) do valor total que deveria ser creditado pelo referido Consignante na Conta de Recebimento em cada Data de Recebimento (conforme definido no Contrato de Cessão), e tal nível de inadimplência perdure por período superior a 60 (sessenta) dias corridos, o Custodiante deverá abster-se de, em nome e/ou por conta do Fundo, adquirir qualquer Direito de Crédito vinculado ao Consignante em questão, os quais deixarão de ser considerados Direitos de Crédito Elegíveis.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo poderá realizar investimentos, com a parcela do Patrimônio Líquido não alocada em Direitos de Crédito, em: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item (ii) acima, contratadas com Instituições Autorizadas; (iv) certificado de depósito bancário cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, com certificação por agência de classificação de risco localizada no País, dentre os seguintes emissores: Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, Unibanco S/A, Banco ABN Amro-Real S/A, Banco Santander Brasil S/A, Banco Safra S/A, Banco Citibank S/A, BankBoston Banco Múltiplo S/A,

Banco HSBC S/A; e/ou (v) quotas de fundos de investimento de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus recursos nos ativos listados no item (ii) acima.

Reserva de Liquidez

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora, conforme orientação do Gestor, deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores. Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado de amortizações e resgates
60	30%
30	70%
15	100%

A Administradora somente descontinuará tais procedimentos, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Liquidez, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme a tabela acima.

Quando da execução dos procedimentos de pagamento aqui descritos, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos aqui descritos não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora ou do Gestor, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Administradora e pelo Gestor.

Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender aos parâmetros estabelecidos acima, o Gestor e a Administradora deverão interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Direitos de Crédito e os demais Ativos Financeiros da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo conforme o caso, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, neste caso tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no Capítulo VII do Regulamento. Antes de adquirir

quotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

As aplicações nas Quotas Seniores não contam com garantia da Administradora, do Cedente, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVIII do Regulamento, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XXI do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, do Cedente, dos Mutuários e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 50 do Regulamento.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, o Cedente prometeu ceder ao Fundo Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao Cedente, em razão de sua titularidade.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos do Contrato de Cessão compreendem: (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos; (c) os direitos emergentes dos Seguros de Vida contratados para garantia de pagamento dos Contratos de Mútuo, em caso de morte dos Mutuários, especificamente nos casos em que o Mutuário for Aposentado ou Pensionista; (d) o direito às consignações de proventos dos Mutuários efetuadas pelo respectivo Consignante, na forma dos Contratos de Mútuo e dos Convênios.

O Fundo, por sua vez, prometeu adquirir Direitos de Crédito do Cedente, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão, e (ii) o objetivo e a política de investimentos do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados.

O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Mutuários, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Mutuários contra o Cedente, o Fundo, a Administradora, o Agente de Recebimento e o Custodiante.

O Fundo tornar-se-á titular dos Direitos de Crédito e pagará ao Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, na Data de Aquisição definida no Contrato de Cessão, o preço apurado na forma descrita no item “Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito” deste Prospecto, em razão do

que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

O Cedente obrigou-se a oferecer ao Fundo tantos Direitos de Crédito Elegíveis quantos sejam necessários para permitir a subscrição da totalidade das Quotas Seniores da 2ª Série nos termos do respectivo Suplemento, no respectivo Prazo de Colocação.

Contrato de Coordenação em Regime de Melhores Esforços de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores

Por meio do Contrato em questão, o Coordenador realizará a distribuição pública das Quotas Seniores da 2ª Série, em mercado de balcão não organizado, em regime de melhores esforços, pelo valor a ser apurado de acordo com o Artigo 39 do Regulamento.

A obrigação de melhores esforços de colocação mencionada acima, é condicionada à originação pelo Cedente de Direitos de Crédito Elegíveis em volume financeiro suficiente para permitir que o Coordenador coloque ou subscreva o maior número possível de Quotas Seniores da 2ª Série.

Contrato de Agente de Recebimento

Por meio do Contrato de Agente de Recebimento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Cedente contrataram o Agente de Recebimento para prestar, em caráter não discricionário, serviços de recebimento, conciliação e transferência de valores, compreendendo as seguintes obrigações: (a) receber a totalidade dos valores repassados pelos Consignantes ou pagos pelos Mutuários nas Contas de Recebimento; (b) conciliar os valores recebidos, com base nos Relatórios de Conciliação (conforme abaixo definido) disponibilizados pelo Cedente, contendo informações sobre a titularidade dos valores recebidos dos Consignantes; e (c) repassar os valores para o respectivo titular, seja o Fundo, o Cedente ou terceiros, de acordo com o Relatório de Conciliação.

O Cedente informará ao Agente de Recebimento, até às 15:00 horas do 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento pelos Consignantes (a “Data de Recebimento”): (a) o total dos valores a serem creditados pelos Consignantes nas Contas de Recebimento na Data de Recebimento em questão, (b) o valor do crédito referente a cada Mutuário, (c) o número da parcela do Contrato de Mútuo, (d) o titular do respectivo crédito, e (e) qualquer divergência ou inconsistência apontada pelos Consignantes e/ou identificada pelo Cedente, incluindo o não pagamento dos Direitos de Crédito (o “Relatório de Conciliação”).

Contrato de Cobrança

Por meio do Contrato de Cobrança, o Cedente obrigou-se a prestar serviços de cobrança dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, cujos pagamentos não sejam efetuados pelos Mutuários em favor do Fundo, nas respectivas datas de vencimentos.

Contrato de Gestão

Por meio do Contrato de Gestão, a Administradora contratou o Gestor para desempenhar as funções de gestão da carteira de Ativos Financeiros do Fundo.

Pelo Contrato de Gestão e na melhor forma em direito admitida, a Administradora delegou ao Gestor poderes de gestão da Carteira de Ativos Financeiros do Fundo, com observância às

restrições legais e regulamentares aplicáveis e em estrito cumprimento da Política de Investimento estabelecida no Regulamento do Fundo. O Gestor administrará discricionariamente, de acordo com os mais altos padrões de probidade e diligência, a carteira de Ativos Financeiros do Fundo, buscando, para tanto, identificar oportunidades de negócios que atendam aos interesses do Fundo, selecionando, adquirindo e vendendo Ativos Financeiros para comporem a carteira do Fundo.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito, o Cedente foi contratado para atuar como depositário dos originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

O Cedente obriga-se a prestar os serviços de guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e, na condição de fiel depositário, manterá a guarda de todos os Documentos Comprobatórios, a partir da data de assinatura do Termo de Cessão, pelo prazo de 11 (onze) anos.

Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas

Por meio do Compromisso em questão, o Cedente se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever e integralizar (i) no prazo de 1 (um) Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Emissão de Quotas Seniores, o número de Quotas Subordinadas no valor que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, *pro forma*, a emissão pretendida e a aquisição dos Direitos de Crédito a ser realizada com os recursos oriundos da integralização das referidas Quotas Seniores, atenda à Razão de Garantia; ressalvado, contudo, que esta obrigação aplica-se tão somente com relação às séries de Quotas Seniores cuja emissão tenha sido realizada com a concordância do Cedente, sendo certo que o Cedente concorda expressamente com a emissão das Quotas Seniores da 2ª Série; e (ii) no dia útil imediatamente subsequente ao recebimento da comunicação enviada pela Administradora ao Cedente, observadas as condições de subscrição e integralização previstas no Regulamento, o número de Quotas Subordinadas no valor que seja suficiente para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia exigida, sempre que, em qualquer data de verificação de desenquadramento, o Fundo não atenda à Razão de Garantia exigida.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares. As quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma de Quotas Subordinadas.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento; (b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores; (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 39 do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento; (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito; (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, observados os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento; (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; (e) serão subscritas exclusivamente pelo Cedente; e (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- nenhum Evento de Avaliação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em Circulação;
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, corrigidas segundo a meta prioritária de rentabilidade ou o valor resultante da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas Seniores, o que for menor.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição.

Tendo em vista que ainda não são conhecidas as datas para início e término da Oferta, estas serão anunciadas na forma indicada no item “Publicações”, constante das “Características da Oferta” acima.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 39 e 40 do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores da série em questão na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Gestor, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o parágrafo anterior, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADOS

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, caso aplicável, observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 48 do Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 39 e 42 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, na hipótese prevista no Artigo 53 do Regulamento, ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 39 e 40 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados nas Contas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriurador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no parágrafo 5º do Artigo 56 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX e no BOVESPAFIX, e, a critério da Administradora, seguindo orientações do Gestor, na CETIP (através do Módulo de Negociação de Cotas), de acordo com a legislação vigente.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, cabendo exclusivamente aos eventuais intermediários na negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador somente após a verificação, pelo intermediário, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em Circulação do Fundo (a “Razão de Garantia”) é igual ou superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao(s) titular(es) das Quotas Subordinadas, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizarem aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e o(s) titular(es) das Quotas Subordinadas deverá(ão) subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista no início deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas não realizem o aporte adicional de recursos conforme mencionado no parágrafo acima, a Administradora adotará os procedimentos relativos à ocorrência de Evento de Liquidação, conforme definido no Regulamento.

Caso a Razão de Garantia seja superior a 140% (cento e quarenta por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora, conforme informação fornecida pelo Gestor, poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite mínimo da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo fique igual a no mínimo 133,33%), mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que: (i) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento; (ii) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente; (iii) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo IV do Regulamento não tenham sido excedidos; e (iv) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do Fundo; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; e (d) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Fone: (21) 3974-4500
Fax: (21) 3974-4501
Email: fide@bnymellonbrasil.com.br

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, do Coordenador, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS DE MERCADO

Efeitos da política econômica do Governo Federal.

O Fundo, seus ativos, o Cedente e os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Mutuários.

Risco de descasamento de taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, Administradora, Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito

Decorre da capacidade dos Mutuários em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira, que estejam vencidos e não pagos, e do não cumprimento, pelos Consignantes, de suas obrigações para com o Cedente, com o Agente de Recebimento e com o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam transferidos pelos Consignantes e/ou pagos pelos Mutuários, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente tem responsabilidade pela existência e pela correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários e outros devedores dos Direitos de Crédito, ou mesmo pelo cumprimento, por parte dos Consignantes, de suas obrigações de repasse dos pagamentos relativos aos Direitos de Crédito ao Cedente, ao Agente de Recebimento e ao Fundo, conforme o caso.

O mecanismo de consignação de proventos para o pagamento de dívidas foi popularizado nos últimos anos, e tem respaldo legal e judicial nas decisões mais recentes da justiça brasileira, em processos que questionaram a legalidade desse mecanismo. Todavia, eventuais mudanças na legislação vigente ou no entendimento do poder judiciário sobre o assunto podem obrigar o Fundo a ter que realizar os procedimentos de cobrança diretamente contra os Mutuários, gerando custos adicionais para recebimento dos Direitos de Crédito, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Os Contratos de Mútuo que dão origem aos Direitos de Crédito de tempos em tempos cedidos ao Fundo são celebrados com servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, concursados ou não (além de Aposentados e Pensionistas). Os funcionários públicos não concursados não gozam da mesma estabilidade no emprego que gozam os servidores públicos concursados, podendo ser demitidos em circunstâncias mais amplas que aqueles. A consignação em folha de pagamento dos Direitos de Crédito vinculados a Mutuários que sejam servidores públicos não concursados restará prejudicada caso o Mutuário correspondente seja demitido por qualquer motivo, aumentando o risco de inadimplência e, eventualmente, causando prejuízos ao Fundo e aos seus Quotistas.

Desligamento de Mutuário

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão pagos por meio de desconto pelos respectivos Consignantes na remuneração do Mutuário. O desconto não será possível caso o Mutuário se desligue de seu cargo ou função. Nessa hipótese, a Administradora poderá ter que adotar procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados

à consignação em folha de pagamento. Referida alteração no procedimento de cobrança dos Direitos de Crédito poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Quotas Seniores.

Morte de Mutuário

A morte de Mutuário interrompe automaticamente a consignação em folha de pagamento das parcelas do empréstimo, respondendo pelo saldo devedor do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, poderia haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído e conseqüente redução da rentabilidade das Quotas Seniores.

Contratação de Seguro por Morte

Para mitigar o risco de inadimplência, o Cedente pode contratar seguro de vida no caso de morte de Mutuários para liquidação de parcela dos Contratos de Mútuo que será cedida ao Fundo. Não obstante, mesmo nesses casos, é possível que a seguradora não cumpra sua obrigação de pagamento, ou o faça com atraso, o que poderia reduzir a rentabilidade das Quotas Seniores.

Decisão Judicial Desfavorável

A capacidade de pagamento de um Mutuário poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo de longo prazo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Caso não exista margem para o parcelamento, é possível que o Fundo não receba o montante devido, ou o receba somente com atraso, o que poderá impactar negativamente no patrimônio do Fundo e na rentabilidade das Quotas Seniores.

Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Liquidação antecipada do Fundo

Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas neste parágrafo, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo, previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

Amortização e resgate condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

RISCO OPERACIONAL

Falhas de procedimentos

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controle interno adotado pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

Documentos Comprobatórios

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante e o Auditor Independente realizarão auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo e ao Custodiante de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos em até 4 (quatro) Dias Úteis para a Conta do Fundo pelo Agente de Recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Agente de Recebimento de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento do Agente de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Caso haja qualquer problema de crédito do Agente de Recebimento, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo Agente de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

Em alguns casos os recursos transferidos pelos Consignantes são feitos diretamente em conta de recebimento em outra instituição ou diretamente no Cedente. Caso haja qualquer problema de crédito da referida instituição ou do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores.

A conciliação dos valores depositados pelos Consignantes na Conta de Recebimento e a

transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelo Agente de Recebimento exclusivamente de acordo com as informações prestadas pelos Consignantes ao Cedente, e por este repassada ao Agente de Recebimento. Caso os Consignantes ou o Cedente prestem informações incorretas ou imprecisas ao Agente de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorreta de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Em virtude de liquidação antecipada dos Contratos de Mútuo, os pagamentos feitos pelos Mutuários poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberá tais valores na qualidade de depositário, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados nas Contas de Recebimento poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição do Agente de Recebimento ou do Custodiante, os Consignantes serão notificados e solicitados a realizar os repasses de pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo ao Cedente. Não há garantia de que os Consignantes efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiro contratado como Agente de Recebimento ou Custodiante, o Cedente ou terceiros serão obrigados a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente ou terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco de sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Consignante, Cedente, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

OUTROS RISCOS

Risco de Instrumentos Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de descontinuidade

A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo IV do Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a

continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares do Cedente e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo, conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Quanto ao Risco do Cedente destacam-se:

O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de consignações dos proventos mensais dos Mutuários, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas consignações; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto nos proventos mensais dos Mutuários, realizado pelos Consignantes. Tal sistemática é autorizada por lei e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo por exemplo novos parâmetros para a consignação, é possível que diminua ou deixe de ocorrer a consignação com características que tornem os respectivos Direitos de Crédito Elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos de Crédito Elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são oriundos de contratos celebrados entre o Cedente e os Mutuários. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos de Crédito do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Mutuários, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos e custos de cobrança

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Cedente e sua controladora, a sociedade por este direta ou indiretamente controlada e coligada ou

outra sociedade sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Limitação de gerenciamento de riscos

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito

O Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários nos termos do Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Mutuários, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos para o Fundo e, conseqüentemente, para seus Quotistas.

Risco decorrente da precificação dos ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Outros Riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (default), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora e a Gestora orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento do Fundo e da legislação vigente, e utilizam, no gerenciamento de riscos, análises que consideram os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a carteira do Fundo, bem como modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de investimento, apoiados por sistemas informatizados de última geração e de extrema confiabilidade.

Para a parcela do patrimônio líquido investido em ativos que não os Direitos de Creditórios, a política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês, dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Administradora. A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada no Regulamento do Fundo, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado e a riscos, os quais se encontram descritos neste Prospecto, e apesar de a Administradora e a Gestora manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Quotista.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá prazo indeterminado, mas poderá ser liquidado mediante um evento de liquidação, descrito abaixo.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que o Cedente, ou qualquer operação com efeitos similares;
- (b) caso o Cedente inicie processo de renegociação de dívidas ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- (c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- (d) caso o Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- (e) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-os da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora ou do Gestor, comprometer a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (f) descumprimento, por quaisquer dos Consignantes, de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas nos Convênios, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado do envio, pela Administradora ao Cedente, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora ou do Gestor, afetar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (g) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX do Regulamento, e reproduzido na seção “Enquadramento à Razão de Garantia” deste Prospecto;
- (h) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em um nível abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no

Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;

- (j) inobservância, pelo Agente de Recebimento, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Agente de Recebimento, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (k) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (l) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos do Regulamento;
- (m) ocorrência de qualquer evento que, no entendimento da Administradora ou do Gestor, gere risco potencial adicional aos riscos descritos no Regulamento aos Quotistas Seniores;
- (n) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (o) verificação, pelo Custodiante, de que ocorreu aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento;
- (p) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias corridos, representar, a qualquer momento, 6% (seis por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (q) renúncia da Administradora e/ou do Agente de Recebimento;
- (r) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (s) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;
- (t) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (u) caso, no Relatório de Avaliação referido no Artigo 28, parágrafo único, do Regulamento, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente com relação a 3% (três por cento) ou mais dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e

- (v) a rescisão, extinção ou término, por qualquer motivo, de qualquer dos seguintes contratos: Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Custódia, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas e Contrato de Agente de Recebimento.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXII do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do parágrafo 2º do Artigo 56 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral, ela será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso o Cedente, seu controlador, qualquer sociedade por ele direta ou indiretamente controlada e coligada ou outra sociedade sob controle comum do Cedente venha a ingressar em regime de administração extrajudicial temporário - RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;
- (b) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pelo Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do 90º (nonagésimo) dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM e alterações posteriores, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (d) cessação pelo Custodiante e/ou pelo Agente de Recebimento, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços contratados, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;

- (e) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XIX do Regulamento;
- (f) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, Gestor, Agente de Recebimento e quaisquer prestadores de serviços ao Fundo;
- (g) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas no Regulamento ou em Suplemento; e
- (h) verificação, por parte da Administradora, da inviabilidade de continuidade do Fundo.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Havendo qualquer dos Eventos de Liquidação expostos no parágrafo anterior, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo previsto no parágrafo anterior, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356/01, o Fundo está vedado de realizar o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes em Direitos de Crédito.

Observada a deliberação da Assembléia Geral que delibere a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (i) a Administradora e o Gestor liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (ii) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo.
- (iii) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Durante o processo de liquidação antecipada do Fundo os procedimentos de amortização parcial das Quotas Subordinadas até o limite mínimo da Razão de Garantia do Fundo somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando então o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no parágrafo 2º do Artigo 56 do Regulamento, o Fundo

não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Compete privativamente à Assembléia Geral:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, com exceção da alteração ao Anexo IV do Regulamento prevista no seu Artigo 8º, Parágrafo 5º, que deverá ser realizada exclusivamente pela Administradora;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, do Agente de Recebimento, do Gestor, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e
- (h) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes. Qualquer alteração realizada nos termos do parágrafo anterior será informada aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da alteração.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta com aviso de recebimento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas Seniores que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas Seniores. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, do Gestor, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

As matérias submetidas à deliberação dos Quotistas deverão ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral, exceto com relação a: (i) substituição da Administradora, (ii) elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e (iii) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento, as quais deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

A alteração das Datas de Resgate, Datas de Amortização Programada e Meta de Rentabilidade Prioritária de qualquer série de Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 100% das Quotas.

Na hipótese prevista no Artigo 54, item “s” do Regulamento, isto é, na ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento, a substituição de qualquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 66% das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

A aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas: (i) alteração da remuneração da Administradora; (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI do Regulamento, respectivamente; (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iv) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura e (v) alteração dos prazos e composição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecidos no parágrafo 6º do artigo 45 do Regulamento.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade do Cedente e de qualquer de sua parte relacionada, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos no Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação para subscrição das Quotas do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, somente investidores qualificados poderão adquirir as quotas do Fundo, conforme definidos pela Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM.

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente e com o Regulamento, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das quotas. As Quotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

A integralização, a amortização e o resgate de quotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de quotas do Fundo em Direitos de Crédito, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no parágrafo 5º, artigo 56 do Regulamento.

O prazo para efetivação de resgate e amortização programada das quotas do Fundo será aquele definido no Suplemento de cada série de Quotas Seniores. Se o resgate ou a amortização programada recair em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) quotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração, uma Taxa de Administração equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do dia anterior à realização do referido cálculo, garantindo-se à Administradora o valor mínimo mensal de R\$3.000,00 (três mil reais) (a “Taxa de Administração”). A fórmula correspondente segue abaixo:

$$TA = \left(\frac{0,20}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil; e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior

A remuneração de que trata esta seção será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

O valor expresso em reais disposto acima será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;

- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários informações e periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356; e
- k) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação.

As despesas não previstas neste Prospecto e no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Custo	% em relação ao valor da Distribuição (R\$100.000.000,00)	Montante (R\$)
Taxa de Registro na ANBID	0,002%	R\$2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,083%	R\$82.870,00
Assessoria Legal	0,025%	R\$25.000,00
Agência de Classificação de Risco	0,017%	R\$17.000,00
Custos com Cartório	0,005%	R\$5.000,00
Total	0,132%	R\$131.870,00
Custo Unitário de Distribuição		R\$1,31

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

A partir de 17 de março de 2008, os valores aportados no Brasil por parte dos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio (“IOF/Câmbio”). Nos termos da legislação em vigor, o imposto será cobrado à alíquota de 1,5% sobre o montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
 - os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

Na hipótese de alienação de Quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

ADMINISTRADORA

O Fundo será administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Breve Histórico

A BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

A BNY Mellon Serviços Financeiros é líder em serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, prestando o serviço de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados a ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 57 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Outubro 2007). Com uma ampla gama de produtos, tecnologia e serviços, buscamos atender, com excelência, às necessidades de nossos clientes e superar suas expectativas. Como líderes globais na prestação de serviços financeiros, combinamos atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação destas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história, resultou na empresa número um, líder em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se o líder global em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 e 39 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A.

Os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria serão prestados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, firmado entre a Administradora e o Custodiante. Não obstante o acima, o Custodiante não terá a obrigação de realizar a verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito, tendo em vista o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito não justificar a realização de verificação por amostragem, conforme estabelecido no artigo 38, parágrafo 3º da Instrução CVM 356.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

AGENTE DE COBRANÇA E FIEL DEPOSITÁRIO

O Banco Rural S.A. foi contratado pelo Custodiante para atuar como (i) fiel depositário da documentação relativa aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) agente cobrador de tais Direitos de Crédito, conforme descrito no Anexo V do Regulamento.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos aos Agentes de Cobrança, agindo sempre no interesse dos quotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembléia Geral.

GESTOR

Para a prestação dos serviços de gestão da Carteira de Ativos Financeiros do Fundo a Administradora contratou a BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda., devidamente qualificada perante a CVM para realizar a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, em conformidade com o disposto no artigo 23 da Lei n.º 6.385, de 07 de Dezembro de 1.976 e Instrução CVM n.º 306, de 05 de Maio de 1.999, alterada pela Instrução CVM n.º 364, de 07 de Maio de 2.002, podendo, ademais, assumir a delegação prevista na legislação aplicável, para gerir a Carteira de Ativos Financeiros do Fundo.

Breve Histórico

O BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº 6977, de 02/10/2002, é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation e no Brasil, é uma empresa independente voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação destas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história, resultou na empresa número um, líder

em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se o líder global em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Os recursos geridos pelo BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda. são custodiados no Banco Bradesco, auditados pela KPMG Auditores Independentes e administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM. A separação entre gestor, administrador e custodiante possibilita ao BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda. a dedicar-se exclusivamente à gestão de recursos, evitando qualquer tipo de conflito de interesses e proporcionando ao cliente total transparência nos serviços prestados. O grupo BNY Mellon atua no Brasil desde 1998.

Atualmente o BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda. possui mais de R\$ 12 bilhões (ANBID, Outubro 2007) sob sua gestão, em estratégias de renda fixa, multimercado e ações, em carteiras voltadas para pessoas físicas, jurídicas e clientes institucionais.

A filosofia da empresa baseia-se na otimização da relação risco x retorno, com o foco na preservação de capital. A excelência de sua gestão faz com que diversos fundos geridos pelo BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda. tenham sido premiados por empresas especializadas, como Exame/FGV, Thompson Financial, Quantum, Gazeta Mercantil/Austing Rating, Investidor Institucional/PPS, ValorInveste/Standard & Poor's e Folha de São Paulo.

COORDENADOR E COLOCADOR DAS QUOTAS SENIORES DO FUNDO

Foi contratada para exercer as atividades de coordenação e colocação das Quotas Seniores do Fundo, em regime de melhores esforços, a Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro 927, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.360.777/0001-60.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Disponibilização do Prospecto Definitivo	30/04/2008
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	09/05/2008
Liquidação Financeira	12/05/2008
Encerramento da Distribuição	05/11/2008
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	06/11/2008

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29 (o "Auditor Independente").

Sem prejuízo da isenção do Custodiante em realizar a verificação por amostragem nos termos da Instrução CVM 356, o Auditor Independente realizará, semestralmente, procedimentos específicos, com o objetivo de verificar por amostragem o lastro dos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por meio da verificação inclusive da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de pagamento do respectivo Consignante; (ii) identificação do Mutuário respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o Consignante; (iii) identificação do Consignante ao qual o Mutuário é vinculado; e (iv) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora e ao Custodiante relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

A elaboração dos procedimentos mencionados no parágrafo anterior dependerá de alguns estudos estatísticos a serem elaborados pelo Auditor Independente e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos de Créditos.

Breve Histórico

A KPMG é uma empresa formada no Brasil em 1º de julho de 1987, com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

PARTES RELACIONADAS

Há vinculação societária indireta entre o Banco Rural S.A. e o Coordenador da Oferta uma vez que os dois acionistas majoritários do Coordenador, quais sejam, o Banco Rural de Investimentos S.A. e o Rural Seguradora S.A., possuem como um dos seus acionistas majoritários o Banco Rural S.A.

Não obstante, as partes não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas funções de cessão de Direitos de Crédito e coordenação da Oferta, manifestando a sua completa independência na realização de suas respectivas atividades.

DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, adquirir Direitos de Crédito, originários de empréstimos concedidos a servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a Aposentados e Pensionistas (os “Mutuários”), com pagamento mediante desconto em folha de pagamento.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes na data da cessão, que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Mutuários, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Mutuários contra o Cedente, o Fundo, a Administradora, o Agente de Recebimento e o Custodiante.

Os Direitos de Crédito são originados, preponderantemente, por operações de empréstimo consignados em folha de pagamento, celebrado entre o Cedente e os Mutuários, não sendo possível, em hipótese nenhuma, sua celebração por meio de contato telefônico.

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão.

O Contrato de Cessão e cada respectivo Termos de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irretratável.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula abaixo, especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PCi = \frac{VNi}{Fator_{ce}}$$

onde:

Pci = Preço de cessão do Crédito “i”

Vni = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão

Fator_{ce} = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ 1 + \left[\left(\frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 1,85 \right\}^{Dui}$$

Taxa DI = Taxa DI, conforme definida no Regulamento, referente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição

Dui = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros o Fundo deverá observar os seguintes limites:

- (i) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física, não pode exceder 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (ii) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Os limites de concentração da carteira do Fundo, estabelecidos nos parágrafos acima, poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os “Críticos de Elegibilidade”):

- (i) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de Contratos de Mútuo, tendo como devedores os Mutuários;
- (ii) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Cedente;
- (iii) os Contratos de Mútuo que dão origem aos Direitos de Crédito devem ser decorrentes de Convênios entre o Cedente e os Consignantes relacionados no Anexo IV ao Regulamento, que autorizem o pagamento dos Contratos de Mútuo por meio de

consignação diretamente nos vencimentos, pensões, aposentadorias ou outros proventos de titularidade dos Mutuários, devidos mensalmente pelo Consignante;

(iv) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Consignantes que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, por mais de 60 (sessenta) dias, na data da respectiva cessão;

(v) um mesmo Mutuário, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo, representada por um ou mais Contratos de Mútuo, em valor total superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);

(vi) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Mutuários que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo;

(vii) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá ser superior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação; e

(viii) os Direitos de Crédito, relativos aos empréstimos concedidos em virtude de Convênios com Consignantes Verificáveis, somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia verificação, por parte do Custodiante, da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente: (i) comprovação da celebração do Contrato de Mútuo, mediante protocolo do ente consignante de que ocorrerá a averbação da consignação em folha; (ii) identificação do Mutuário respectivo; (iii) se o Mutuário respectivo é servidor público (ou Aposentado ou Pensionista, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS). Essa verificação será feita a partir de informações provenientes dos respectivos Consignantes (ou da DATAPREV, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS).

CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O CEDENTE E OS CONSIGNANTES

Os Consignantes, órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal direta, autárquica ou fundacional, de um lado, e o Cedente, de outro, celebraram Convênios, cujo objeto é permitir a celebração de Contratos de Mútuos entre o Cedente e titulares de benefícios, proventos e vencimentos concedidos por tais entidades, com a consignação dos valores devidos, a ser realizada pelos Consignantes, nas respectivas folhas de pagamento dos Mutuários para quitação da dívida contraída.

As principais obrigações dos Consignantes, conforme estabelecido nos respectivos Convênios são: (i) descontar dos vencimentos dos Mutuários, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período; (ii) repassar totalidade dos valores consignados dos Mutuários, cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo, do Cedente e de outros cessionários, por meio de depósito único na Conta de Recebimento; e (iii) elaborar e enviar planilhas ao Agente de Recebimento, informando quais Mutuários (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de sua Renda e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia ou outros descontos compulsórios que impossibilitem o desconto de proventos junto ao respectivo Consignante, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante.

PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Para cada uma das cessões realizadas será celebrado um Termo de Cessão, que estabelecerá, dentre outras condições de pagamento não previstas no Contrato de Cessão, o respectivo Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo ao Cedente, em razão da respectiva cessão de Direitos de Crédito.

POLÍTICA DE COBRANÇA

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Cedente contratado para efetuar a perante os Mutuários e repassar os valores ao Fundo.

As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- i) os Consignantes descontam dos vencimentos dos Mutuários, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Agente de Recebimento, ao Fundo ou ao Cedente, mensalmente, podendo ser realizado por uma única ou por várias transferências bancárias, na forma estipulada em cada Convênio;
- iii) o Agente de Recebimento, em conjunto com o Cedente, quando do recebimento dos valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Consignantes, informando quais Mutuários (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus proventos e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia ou outros descontos compulsórios que impossibilitem o desconto de proventos junto ao respectivo Consignante, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Cedente questiona o Consignante e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pelo Agente de Recebimento são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Mutuários inadimplentes é o descrito a seguir, sendo que eventuais despesas de cobrança serão suportadas igualmente por todas as Quotas do Fundo, independentemente da respectiva classe:

- i) caso o Mutuário tomador do empréstimo tenha-se desligado do respectivo Consignante, o Cedente busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas, notificações e emissão de boleto bancário de cobrança;
- ii) se a cobrança amigável é frustrada, o Cedente informará o fato aos serviços de proteção ao crédito, para inscrição do inadimplente; e eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, considerando-se, em cada caso, os valores devidos e os valores que serão despendidos com a cobrança judicial;
- iii) se a causa da inadimplência é a morte do Mutuário, busca-se cobrar o valor correspondente ao seguro, caso exista, ou ainda, o espólio; e
- iv) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto de proventos devidos pelo Consignante ao Mutuário, que pode ocorrer nas hipóteses de ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Mutuário, mediante aprovação prévia das condições de renegociação pela Administradora e pelo Gestor, ou adotando-se o procedimento descrito no item (i) acima.

RESOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

Ocorrerá a resolução de quaisquer Direitos de Crédito referentes a cada Contrato de Mútuo operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses (as “Condições Resolutivas da Cessão”):

- i) caso o pagamento de 2 (dois) Direitos de Crédito, com datas de vencimento consecutivas, referentes ao mesmo Contrato de Mútuo, não seja efetuado tempestivamente, por qualquer motivo, pelo respectivo Mutuário e/ou pelos Consignantes, por alegação de vícios, defeitos ou inexistência do negócio jurídico subjacente, ou, ainda, alegação das exceções descritas no artigo 294 do Código Civil;
- ii) caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que aleguem serem titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito;
- iii) caso seja verificada, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Agente de Recebimento a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos de Crédito;
- iv) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante que o Direito de Crédito cedido ao Fundo tenha sido originado em data posterior à Data de Aquisição; ou
- v) caso a adesão do Mutuário, na qualidade de segurado no Seguro de Vida, seja negada pela Seguradora, conforme aplicável.

O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito, integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se com índice de atualização a Taxa de Cessão utilizada na determinação do Preço de Aquisição, sendo certo, contudo, que, não se sujeitam ao disposto neste parágrafo os Direitos de Crédito vencidos e não pagos até o momento da resolução da cessão, na hipótese prevista no inciso (a) do parágrafo anterior.

ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO DE FOLHA DE BENEFÍCIOS

Com o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contratadas com instituições financeiras, pagadoras ou não dos benefícios.

O desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas, previsto no art. 6º da Lei 10.820/03, foi regulamentado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme alterado, e pela Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 10 de julho de 2005, com alterações posteriores.

O empréstimo com desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas é de consignação facultativa. Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja previsão legal para tanto. Há, também, consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia dos Aposentados e Pensionistas, pois sua exigibilidade decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre as consignações compulsórias cita-se (i) a contribuição para previdência social; (ii) a pensão alimentícia judicial; (iii) o pagamento de benefícios além do devido; (iv) o imposto de renda na fonte; e (v) as mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.

A soma mensal dos descontos consignados para pagamento de empréstimos, financiamentos ou operações de arrendamento mercantil não poderá exceder, no momento da efetiva contratação, a 30% (trinta por cento) do valor do benefício, deduzidas as consignações obrigatórias e observados os demais limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis.

As consignações obrigatórias têm prioridade sobre as facultativas. Assim, após retenção das consignações obrigatórias, o saldo do valor do benefício poderá não ser suficiente para pagamento das consignações facultativas.

A imposição de limites para o desconto em folha de benefícios pelo INSS tem por finalidade impedir o comprometimento da verba alimentar de Aposentados e Pensionistas. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos benefícios de aposentadoria e pensão seja destinada a contribuições de primeira importância e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Além disso, os descontos consignados para pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis deverão ser expressamente autorizados, de forma irrevogável e irreatável, pelo próprio titular do benefício.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Cedente adota os seguintes procedimentos para a concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, oferecidos ao Fundo:

- i) os empréstimos podem ser concedidos para determinado Mutuário somente se as parcelas de pagamentos do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, observados os limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis;
- ii) observado o disposto acima, o percentual da consignação de proventos mensais do Mutuário, para pagamento dos Direitos de Crédito, não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do total dos proventos mensais disponíveis para consignação;
- iii) cada Contrato de Mútuo deverá ter valor de empréstimo de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), e, no máximo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- iv) o prazo de duração dos Contratos de Mútuo deverá ser de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 60 (sessenta) meses, respeitada a legislação pertinente a cada um dos Consignantes para o prazo máximo das consignações aos proventos dos Mutuários.

COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Mutuários inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas igualmente por todas as Quotas do Fundo, independentemente da respectiva classe::

- i) caso o Mutuário tomador do empréstimo tenha-se desligado do respectivo Consignante, o Cedente busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas, notificações e emissão de boleto bancário de cobrança;
- ii) se a cobrança amigável é frustrada, o Cedente informará o fato aos serviços de proteção ao crédito, para inscrição do inadimplente; e eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, considerando-se, em cada caso, os valores devidos e os valores que serão despendidos com a cobrança judicial;
- iii) se a causa da inadimplência é a morte do Mutuário, busca-se cobrar o valor correspondente ao seguro, caso exista, ou ainda, o espólio; e
- iv) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto de proventos devidos pelo Consignante ao Mutuário, que pode ocorrer nas hipóteses de ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Mutuário, mediante aprovação prévia das condições de renegociação pela Administradora e pelo Gestor, ou adotando-se o procedimento descrito no item (i) acima.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO

A melhora das condições da economia brasileira observada durante 2004 propiciou um aumento considerável no volume de operações de crédito de todo o sistema financeiro. Verificou-se o crescimento de 21% de março de 2004 a março de 2005, atingindo o volume total de R\$ 506 bilhões no final do período, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Dentre as diversas modalidades de operações de crédito, as operações para pessoas físicas foram as que mais cresceram em termo percentuais (37%, de março de 2004 a março de 2005), atingindo o volume de R\$ 137 bilhões em março de 2005, e representando 27% do universo total de operações de crédito.

Dentre as operações de crédito com recursos livres para pessoa física, as operações de crédito pessoal foram as que mais cresceram, num percentual de 49% no período de março de 2004 a março de 2005, seguida de financiamento para aquisição de bens (38%) e cartão de crédito (34%). As operações de crédito pessoal atingiram o volume de R\$ 49,6 bilhões em março de 2005, representando 39,6% do universo total de operações com recursos livres.

Dentre as operações de crédito pessoal, as operações consignadas em folha de pagamento merecem destaque, tendo apresentado um crescimento de 108% de março de 2005 e representando cerca de 31% do total de crédito pessoal no mercado, atingindo um volume de R\$ 15 bilhões em março de 2005, sendo R\$ 13 bilhões destinados a funcionários públicos (dentre os quais incluem-se as operações para aposentados e pensionistas do INSS) e R\$ 2 bilhões destinados a funcionários privados. As taxas de juros cobradas pelas operações consignadas (média de 37% ao ano) são substancialmente mais baixas que as taxas das operações de crédito pessoal tradicionais (média de 74% ao ano).

Atualmente o empréstimo consignado se firmou como um dos créditos mais baratos existentes no mercado financeiro, pois trata-se de uma das formas de financiamento com um dos mais baixos níveis de risco, em virtude da menor relevância do risco de inadimplência na composição da taxa de juros desta modalidade.

Como o crédito consignado é descontado diretamente na fonte, ou seja, o dinheiro não chega às mãos do funcionário ou servidor, e a empresa ou órgão público repassa diretamente para a instituição financeira, o risco de inadimplência é mínimo. Com o intuito de reduzir ainda mais este risco, as instituições financeiras utilizam-se de ferramentas de recuperação de crédito e da contratação do seguro prestamista para anular o risco de falecimento do mutuário.

Os financiamentos com desconto em folha de pagamento já representam mais da metade de todas as operações de crédito pessoal efetuadas pelos bancos. No ano de 2007, o consignado foi a modalidade de crédito que mais cresceu no País, puxada, principalmente, pelas operações voltadas a aposentados e pensionistas do INSS. Um em cada três aposentados já recorreu a esse tipo de empréstimo.

O crédito consignado já representa 57,3% do total de empréstimos pessoais registrados no País. Segundo dados do Banco Central, o volume de operações contratadas até dezembro de 2007 alcançou R\$ 64,4 bilhões.

Novas regras para o crédito consignado foram lançadas pelo ministro da Previdência Social. Em decisão anunciada durante reunião do Conselho Nacional da Previdência Social, o governo federal determinou a redução dos juros para as operações de crédito consignado de 2,64% para 2,5%, além

de determinar que o empréstimo consignado seja concedido aos aposentados apenas em seu estado de origem ou no estado em que residem.

INFORMAÇÕES DO BANCO RURAL

Breve Histórico Banco Rural S.A.

Em janeiro de 1928, foi criada a firma comercial Manoel C. de Carvalho & Cia, transformando-se no Banco Manoel de Carvalho S.A. em 1957. Em novembro de 1962, o Grupo Tratex de Belo Horizonte adquiriu o controle acionário, passando em 1964 a ser chamado Banco Rural de Minas Gerais S.A.

Em 1976, o empresário Sabino Corrêa Rabello assume a presidência do Banco Rural que, no ano seguinte, conseguiu autorização do Banco Central para abrir mais duas. Entre 1978 e 1979, foi inaugurada a agência Candelária, no Rio de Janeiro e foi criada a Rural Financeira.

Em 1989, o Banco Rural inaugurou mais oito agências e seu processo de expansão prosseguiu com a sua passagem de Banco Rural para Banco Múltiplo, com carteira comercial, de financiamento, de câmbio e de crédito imobiliário.

O Banco Rural iniciou o processo de internacionalização em 1996, com a inauguração da Rural Securities (Miami - USA) e da Rural International (Nassau). Atualmente mantém como subsidiárias o Banco Rural Europa (BRE) e o Rural International Bank (RIB).

Em 1997 o Banco Rural iniciou sua atuação no mercado de empréstimos consignados para funcionários públicos da ativa, aposentados e pensionistas, inicialmente em parceria com outro Grupo mineiro, onde o Banco era majoritário com 51,00% das ações e, a partir de 2005, com a aquisição dos 49,00% da parceira, passou a deter 100,00% da operação e a incorporou, passando a operar, a partir daí, através da marca Simples Serviços Financeiros que, além de rede própria de lojas em todos os Estados da Federação, dispõe, também, da estrutura comercial do Rural. Este mercado tornou-se muito competitivo a partir de 2004, com a grande expansão dos empréstimos aos aposentados e pensionistas do INSS. O Banco Rural não prioriza os empréstimos a aposentados e pensionista do INSS, já que, o forte de sua atuação no consignado está nos funcionários da ativa e pensionistas da administração estadual e municipal. Singularmente, o banco tem como diferencial o histórico da operacionalização de seus negócios através de lojas próprias e de correspondentes bancários, formalmente constituídos de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. Nesse sentido, é pioneiro no Brasil.

Hoje o Banco Rural possui um amplo portfólio de clientes, tendo desenvolvido *expertise* em crédito voltado, principalmente, para o segmento de *middle market*, que tem sido o negócio central da instituição desde sua criação, e o crédito consignado.

Análise Financeira e do Setor de Atuação do Cedente

O Banco Rural S.A. é um banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. Através de suas controladas, atua também nas áreas de seguros, arrendamento mercantil, corretagem de câmbio e valores mobiliários, administração de cartões de crédito, administração de fundos de investimento e de concessão de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, as operações do Banco Rural foram afetadas, principalmente, pela turbulência política vivida pelo país, o que fez com que setores do mercado especulassem sobre a sua liquidez e higidez patrimonial. Isto porque, como resultado tanto da crise ocasionada pela intervenção do Banco Santos, quanto da referida crise política, o Banco Rural sofreu conseqüências expressivas que podem ser observadas pela queda no valor total de depósitos

que, em 30 de junho de 2004, representavam R\$4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), para R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) em 31 de dezembro de 2004 e chegando a apenas R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) em 31 de dezembro de 2005. Na mesma proporção, o valor de suas aplicações em operações de crédito caíram de R\$4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), em 30 de junho de 2004, para R\$3.400.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos milhões de reais) ao final de 2004, atingindo o valor de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) em 31 de dezembro de 2005.

Como consequência desse movimento desfavorável o Banco Rural acabou por suportar, no fim do exercício de 2005, um prejuízo de R\$322.000.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões de reais), frente a um resultado positivo obtido em 31 de dezembro de 2004 de R\$132.428.000,00 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil reais). Vale ressaltar ainda que, o prejuízo apurado em 2005, somente não teve um impacto maior nas suas atividades, em função do Banco Rural ter acumulado até o final do exercício de 2004 um patrimônio líquido de R\$678.000.000,00 (seiscentos e setenta e oito milhões de reais), suficiente para absorver o resultado negativo do período.

Diante do cenário adverso que se apresentava, o Banco Rural tomou providências visando a retomada da lucratividade de suas operações, tais como (i) a redução do número de agências, (ii) a redução de despesas de pessoal e operacionais num total de R\$281.000.000,00 (duzentos e oitenta e um milhões) ao ano, (iii) a centralização de seu “back office”, resultando na padronização e racionalização de custos e processos, (iv) a terceirização da auditoria interna com a contratação da empresa BDO Trevisan e, principalmente, (v) a criação de novos produtos, oferecendo aos investidores Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Certificados de Cédulas de Crédito Bancário.

Neste sentido, outras providências também foram tomadas com o intuito de manter uma estrutura enxuta, ágil e rentável, dentre as quais destaca-se a incorporação da área de crédito consignado do seu grupo financeiro representada pela RS Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Tendo em vista a operação de créditos consignados, ser uma modalidade considerada segura e lucrativa, vale destacar que, mesmo com o cenário adverso mencionado acima, a referida instituição conseguiu desenvolver suas atividades de maneira consistente, como pode-se verificar, inclusive, pelo valor apurado de seu lucro líquido que, em 31 de dezembro de 2004, totalizou R\$9.194.000,00 (nove milhões, cento e noventa e quatro mil reais) e, em 30 de novembro de 2005, representava R\$33.063.000,00 (trinta e três milhões e sessenta e três mil reais).

Em 15 de dezembro de 2005, os acionistas da RS Crédito, Financiamento e Investimento S.A., controlada pelo Banco Rural, deliberaram a aquisição das ações de sua própria emissão, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do seu capital social. Essas ações foram adquiridas da BTS Participações e Empreendimentos S.A. e da Séculus Crédito, Financiamento e Investimento S.A., pelo valor total de R\$66.946.000,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e quarenta e seis mil reais). Essa operação de compra gerou um ágio de R\$40.400.000,00 (quarenta milhões e quatrocentos mil reais) que, conforme demonstrado em laudo de avaliação preparado por peritos independentes, está fundamentado na expectativa de lucro futuro da carteira de crédito consignado, trazidos a valor presente na data-base da operação.

Como uma das medidas imediatas adotadas pela administração da RS Crédito, Financiamento e Investimento S.A., em 30 de dezembro de 2005, o então único acionista da instituição, deliberou pela sua incorporação pelo Banco Rural, o qual passou a sucedê-la em todos os seus direitos e obrigações. O Banco Rural incorporou assim, 100% da RS Crédito, Financiamento e Investimento S.A., sendo que esta reestruturação societária foi devidamente aprovada pelo Banco Central do Brasil, conforme determina a regulamentação pertinente.

Desde 2005, o Banco vem realizando ajustes em suas estruturas, notadamente na estrutura operacional, principalmente a definição do foco de atuação: crédito consignado, câmbio e middle. O resultado do exercício findo em 31/12/2007 demonstra o acerto dessas medidas, com reflexos positivos em todos os indicadores financeiros. O valor total de depósitos em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 1.039.410.000,00 (um bilhão, trinta e nove milhões, quatrocentos e dez mil reais), frente aos R\$ 949.052.000,00 (novecentos e quarenta e nove milhões e cinquenta e dois mil reais) em 31 de dezembro de 2006. O total de ativos de crédito no final do exercício 2007, era de R\$ 805.757.000,00 (oitocentos e cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais), tendo sido cedido no período a quantia de R\$ 813.230.000,00 (oitocentos e treze milhões, duzentos e trinta mil reais), frente a R\$ 946.286.000,00 (novecentos e quarenta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil reais) de ativos de crédito no encerramento do exercício 2006, e R\$ 421.625.000,00 (quatrocentos e vinte e um milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais) em cessões, o que demonstra nosso poder de recuperação da área operacional..

O Banco Rural encerrou o exercício 2007 com lucro operacional de R\$ 71.416.000,00 (setenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil reais), e lucro líquido de R\$ 26.928.000,00 (vinte e seis milhões, novecentos e vinte e oito mil reais), o que demonstra a efetividade do seu processo de reestruturação.

Em outubro de 2007 com a transformação dos títulos patrimoniais da BM&F em ações, a posição detida pelo Banco Rural foi transferida do grupo de investimentos para títulos e valores mobiliários, na categoria de títulos para negociação. Em novembro de 2007 o Banco Rural alienou 70% das ações da BM&F, de sua titularidade, apurando um lucro líquido de R\$ 61 milhões, sendo que os 30% restantes permaneceram em carteira disponíveis para venda.

Em 28 de novembro de 2007 os acionistas integralizaram capital no Banco, através de um aporte de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), aumentando o capital social de R\$ 177.000.000,00 (cento e setenta e sete milhões de reais) para R\$ 277.000.000,00 (duzentos e setenta e sete milhões de reais), com emissão de 20.427.566 ações ordinárias e 4.201.763 preferenciais. Referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de novembro de 2007.

INFORMAÇÕES SOBRE OS SACADOS E SOBRE A CARTEIRA DO FUNDO

Os Mutuários devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, são na sua totalidade, os aposentados e pensionistas civis e militares do INSS e/ou servidores públicos que tenham celebrado com o Banco Rural operação de empréstimo consignado. Dessa forma, todos os Mutuários estão sujeitos à política de concessão de crédito descritas neste Prospecto e no Capítulo VI do Regulamento.

Adicionalmente, o Fundo deve observar os critérios de concentração e diversificação descritos em sua política de investimento, bem como os limites de concentração, os quais inviabilizam a concentração na carteira em Direitos de Crédito por um mesmo Mutuário e/ou cujo pagamento será objeto de repasse pelo Cedente.

INADIMPLÊNCIA

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento geralmente apresentam taxas de inadimplência mais baixas do que aquelas presentes em carteiras de empréstimos pessoais tradicionais. Entre os fatores que contribuem para o bom desempenho das carteiras de empréstimos consignados estão o fato de os pagamentos mensais dos empréstimos serem deduzidos diretamente do salário do devedor, a relativa estabilidade de emprego dos servidores públicos e o fato de as entidades públicas estarem menos sujeitas às volatilidades de mercado do que os empregados do setor privado.

O histórico de inadimplência da carteira de empréstimos consignados do Banco Rural foi analisado, conforme a tabela abaixo:

Segmento	Participação	Inadimplência
Federal	6.06%	3.48%
Estadual	48.09%	2.95%
Municipal	13.83%	4.30%
Empresas	32,01%	1,77%

PRÉ-PAGAMENTO

Devido ao acirrado ambiente competitivo entre as entidades financeiras que concedem empréstimos com dedução em folha de pagamento, as taxas de pré-pagamento têm se expandido de forma geral no mercado. O histórico de pré-pagamentos para empréstimos consignados no Banco Rural é de aproximadamente 13% (treze por cento).

HISTÓRICO DE RECEBIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

Segue abaixo os dados referentes a performance da carteira:

Pagamentos	Direitos de Crédito (%)
Quitação Antecipada	13%
Pagamentos Antecipados	33,73%
Pagamentos em Dia	41,79%
Pagamentos com Atraso	10,74%
Parcelas Não Liquidadas	0,74%

CARACTERÍSTICAS DOS EMPRÉSTIMOS

Nos últimos anos, os empréstimos com consignação em folha de pagamento para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS têm adquirido cada vez mais importância.

A carteira de depósitos da instituição cresceu 1% (um por cento) entre dezembro de 2006 e dezembro de 2007 (de R\$512 milhões para R\$517 milhões), enquanto a carteira de créditos consignados atingiu R\$600 milhões no final de 2007.

No período entre janeiro de 2005 e dezembro de 2007, destacamos como as principais características dos empréstimos concedidos pelo Banco Rural (i) a distribuição da produção por quantidade de parcelas, onde 50% (cinquenta por cento) dos empréstimos foram concedidos com mais de 60 parcelas para o pagamento, e (ii) a concentração por Consignante, sendo que observados os limites de concentração estabelecidos no Artigo 8º do Regulamento, os 5 (cinco) Consignantes com maior nível de concentração de créditos cedidos, representam no agregado quase 60% do Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo, a Administradora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, não se responsabilizam pelas estatísticas e demais dados técnicos fornecidos pelo Agente Classificador de Risco e utilizados na análise e determinação dos padrões de inadimplência na carteira de Direitos Creditórios.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO

28 ABR 2008 896186

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

REGULAMENTO

DO

“RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – EMPRÉSTIMOS
CONSIGNADOS”

Datado de

22 de abril de 2008

20140311
881888 888888

ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO II - OBJETO	3
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	4
CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	6
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	8
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	8
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	16
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	18
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	19
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	20
CAPÍTULO XII - QUOTAS	21
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	23
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	24
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	25
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	26
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	26
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	27
CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	28
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	29
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	33
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL	34
CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	37
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	38
ANEXO I - DEFINIÇÕES	39
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO	46
ANEXO III - MODELO DE SUPLEMENTO	48
ANEXO IV - LISTA DE CONSIGNANTES	49
ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA	73

3º OFÍCIO
886186
CÓPIA EM USO
FUNDOS - CRIAS

28 ABR 2003 896186

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**REGULAMENTO
DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS**

O "RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS", disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o "CMN"), pela Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução n.º 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a "Instrução CVM 356"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente regulamento (o "Regulamento").

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II - OBJETO

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos de Crédito são decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Rural S.A. (o "Cedente"), entidade autorizada a funcionar pelo BACEN, a servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e os aposentados e pensionistas Civis e Militares dos Institutos de Previdências Estaduais e Municipais (os "Mutuários").

Parágrafo 1º Tais empréstimos são concedidos em virtude de Convênios firmados pelo Cedente com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como são amparados com base em Decreto Autorizativo, ou mesmo por simples Credenciamento conforme listados no Anexo IV ao presente Regulamento (em conjunto, os "Consignantes"), para que a totalidade das parcelas dos empréstimos e financiamentos devidos por cada Mutuário seja consignada diretamente no pagamento de seus proventos devidos pelo respectivo Consignante, em benefício do Cedente.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito são individualmente representados por contratos de mútuo ou cédulas de crédito bancário (em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, os "Contratos de Mútuo").



Parágrafo 3º Os Contratos de Mútuo, mencionados no parágrafo anterior, firmados entre o Cedente e os Mutuários não são, em hipótese nenhuma, celebrados por meio de contato telefônico.

CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

Artigo 3º As Quotas Seniores do Fundo serão destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento (os "Direitos de Crédito"), e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo 1º O Fundo atuará no segmento financeiro.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos do(s) Contrato(s) de Cessão.

Parágrafo 3º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 5º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

Artigo 6º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros abaixo relacionados (os "Ativos Financeiros"):

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas;
- e) títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, com certificação por agência de classificação de risco localizada no País, dentre os títulos e valores mobiliários dos seguintes emissores: Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A,



Unibanco S/A, Banco ABN Amro-Real S/A, Banco Santander Brasil S/A, Banco Safra S/A, Banco Citibank S/A, BankBoston Banco Múltiplo S/A, Banco HSBC S/A; e

- f) quotas de fundos de investimento de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem no mínimo 60% de seus recursos nos ativos listados em "b" e "c" acima.

Artigo 7º Considerando a composição da carteira do Fundo e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 39 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da carteira detidas à vista, o Gestor poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade "com garantia", em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, neste caso tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Parágrafo Único Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações, devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 8º A Administradora e o Gestor deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Artigo.

Parágrafo 1º O total de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, vinculados a cada Consignante, deverá respeitar os seguintes limites máximos:

- a) 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido para Consignantes que sejam órgãos ou entidades da Administração Pública Federal e o INSS, limitado ao montante agregado de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido entre os 3 (três) Consignantes com maior percentual financeiro de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, com exceção do INSS; e
- b) 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido para Consignantes que sejam órgãos ou entidades da Administração Pública de Estados e Municípios e Distrito Federal.

Parágrafo 2º Os 3 (três) Consignantes com maior percentual financeiro de Direitos de Créditos cedidos ao Fundo, que se enquadrem na alínea (a) do Parágrafo 1º acima, excluindo-se o INSS, deverão representar no máximo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido.

Parágrafo 3º Os 5 (cinco) Consignantes com maior percentual financeiro de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, que se enquadrem na alínea (b) do Parágrafo 1º acima, deverão representar no máximo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º O Custodiante realizará, trimestralmente, procedimentos específicos com o objetivo de verificar a taxa de inadimplência, por Consignante, da carteira de Direitos de Crédito de tempos em tempos cedidos ao Fundo. Caso o valor total de inadimplência dos Direitos de Crédito vinculados a um mesmo Consignante seja igual ou superior a 6% (seis por cento) do valor total que deveria ser creditado pelo referido Consignante nas Contas de



Recebimento em cada Data de Recebimento (conforme definido no Contrato de Cessão), e tal nível de inadimplência perdure por período superior a 60 (sessenta) dias corridos, o Custodiante deverá abster-se de, em nome e/ou por conta do Fundo, adquirir qualquer Direito de Crédito vinculado ao Consignante em questão, os quais deixarão de ser considerados Direitos de Crédito Elegíveis para os fins do presente Regulamento.

Parágrafo 5º O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito relativos a Consignante não relacionados no Anexo IV a este Regulamento ("Novos Consignantes"), desde que (i) o novo órgão ou entidade da administração pública seja previamente aprovado pela Administradora, seguindo orientações do Gestor; e (ii) a Agência de Classificação de Risco confirme que a inclusão do novo órgão ou entidade da administração pública não afeta negativamente a classificação de risco das Quotas Seniores. O Anexo IV ao presente Regulamento deverá ser aditado pela Administradora sempre que ocorrer a inclusão de um Novo Consignante.

Parágrafo 6º O Fundo poderá ter no máximo 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito relacionados a Novos Consignantes que tenham sido aprovados nos 3 (três) meses anteriores. Caso este limite seja ultrapassado, o Gestor prontamente deverá abster-se de, em nome e/ou por conta do Fundo, adquirir qualquer Direito de Crédito vinculado aos referidos Novos Consignantes, os quais deixarão de ser considerados Direitos de Crédito Elegíveis enquanto o limite de concentração permanecer acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 9º Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros serão observados os seguintes limites:

- a) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física, não pode exceder 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; e
- b) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.

Parágrafo 1º O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 2º Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste Artigo 9º poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Artigo 10 Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo, indicados neste Capítulo, serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

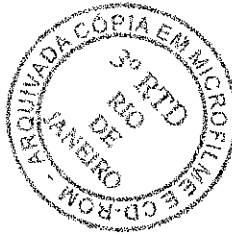
Artigo 11 As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Cedente; (iii) do Gestor; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.



CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 12 Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (os "Críticos de Elegibilidade"), que deverão ser verificados e validados pelo Custodiante:

- a) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de Contratos de Mútuo, tendo como devedores os Mutuários;
- b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Cedente;
- c) os Contratos de Mútuo que dão origem aos Direitos de Crédito devem ser decorrentes de Convênios entre o Cedente e os Consignantes relacionados no Anexo IV a este Regulamento, que autorizem o pagamento dos Contratos de Mútuo por meio de consignação diretamente nos vencimentos, pensões, aposentadorias ou outros proventos de titularidade dos Mutuários, devidos mensalmente pelo Consignante;
- d) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Consignantes que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, por mais de 60 (sessenta) dias, na data da respectiva cessão;
- e) um mesmo Mutuário, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo, representada por um ou mais Contratos de Mútuo, em valor total superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);
- f) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Mutuários que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo;
- g) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá ser superior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação; e
- h) os Direitos de Crédito relativos aos empréstimos concedidos em virtude de Convênios com Consignantes somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia verificação, por parte do Custodiante, da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente: (i) comprovação da celebração do Contrato de Mútuo, mediante protocolo do ente consignante de que ocorrerá a averbação da consignação em folha; (ii) identificação do Mutuário respectivo; (iii) se o Mutuário respectivo é servidor público (ou Aposentado ou Pensionista, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS). Essa verificação será feita a partir de informações provenientes dos respectivos Consignantes (ou da DATAPREV, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS).



Artigo 13 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente ou coobrigação deste, observados:

- a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento; e
- d) a política de investimento definida no Capítulo IV.

Artigo 14 Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, o Cedente responde tão somente pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 15 O seguinte procedimento deverá ser observado pelo Cedente na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, oferecidos ao Fundo:

- a) os empréstimos podem ser concedidos para determinado Mutuário somente se as parcelas de pagamentos do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, observados os limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis;
- b) observado o disposto na alínea (a) acima, o percentual da consignação de proventos mensais do Mutuário, para pagamento dos Direitos de Crédito, não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do total dos proventos mensais disponíveis para consignação;
- c) cada Contrato de Mútuo deverá ter valor de empréstimo de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), e, no máximo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- d) o prazo de duração dos Contratos de Mútuo deverá ser de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 60 (sessenta) meses, respeitada a legislação pertinente a cada um dos Consignantes para o prazo máximo das consignações aos proventos dos Mutuários.

CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO

Artigo 16 A carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais destacamos, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo.

Parágrafo 1º Risco de Mercado:



- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, o Cedente e os devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal, para estabilizar a economia e controlar a inflação, compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Mutuários.

- (b) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, a Administradora, o Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Risco de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Mutuários em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Consignantes, de suas obrigações para com o Cedente, com o Agente de Recebimento e com o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos



dos Direitos de Créditos sejam transferidos pelos Consignantes e/ou pagos pelos Mutuários, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente têm responsabilidade pela existência e pela correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários e outros devedores dos Direitos de Crédito, ou mesmo pelo cumprimento, por parte dos Consignantes, de suas obrigações de repasse dos pagamentos relativos aos Direitos de Crédito ao Cedente, ao Agente de Recebimento e ao Fundo, conforme o caso.

O mecanismo de consignação de proventos para o pagamento de dívidas foi popularizado nos últimos anos, e tem respaldo legal e judicial nas decisões mais recentes da justiça brasileira, em processos que questionaram a legalidade desse mecanismo. Todavia, eventuais mudanças na legislação vigente ou no entendimento do poder judiciário sobre o assunto podem obrigar o Fundo a ter que realizar os procedimentos de cobrança diretamente contra os Mutuários, gerando custos adicionais para recebimento dos Direitos de Crédito, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

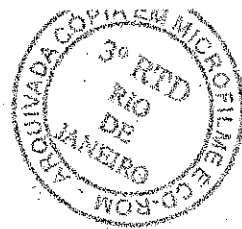
Os Contratos de Mútuo que dão origem aos Direitos de Crédito de tempos em tempos cedidos ao Fundo são celebrados com servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, concursados ou não (além de Aposentados e Pensionistas). Os funcionários públicos não concursados não gozam da mesma estabilidade no emprego que gozam os servidores públicos concursados, podendo ser demitidos em circunstâncias mais amplas que aqueles. A consignação em folha de pagamento dos Direitos de Crédito vinculados a Mutuários que sejam servidores públicos não concursados restará prejudicada caso o Mutuário correspondente seja demitido por qualquer motivo, aumentando o risco de inadimplência e, eventualmente, causando prejuízos ao Fundo e aos seus Quotistas.

(b) Desligamento de Mutuário

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão pagos por meio de desconto pelos respectivos Consignantes na remuneração do Mutuário. O desconto não será possível caso o Mutuário se desligue de seu cargo ou função. Nessa hipótese, a Administradora poderá ter que adotar procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados à consignação em folha de pagamento. Referida alteração no procedimento de cobrança dos Direitos de Crédito poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Quotas Seniores.

(c) Morte de Mutuário

A morte de Mutuário interrompe automaticamente a consignação em folha de pagamento das parcelas do empréstimo, respondendo pelo saldo devedor do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, poderia haver inadimplência das obrigações decorrentes do



empréstimo contraído e conseqüente redução da rentabilidade das Quotas Seniores.

(d) Contratação de Seguro por Morte

Para mitigar o risco de inadimplência, o Cedente pode contratar seguro de vida no caso de morte de Mutuários para liquidação de parcela dos Contratos de Mútuo que será cedida ao Fundo. Não obstante, mesmo nesses casos, é possível que a seguradora não cumpra sua obrigação de pagamento, ou o faça com atraso, o que poderia reduzir a rentabilidade das Quotas Seniores.

(e) Decisão Judicial Desfavorável

A capacidade de pagamento de um Mutuário poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo de longo prazo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Caso não exista margem para o parcelamento, é possível que o Fundo não receba o montante devido, ou o receba somente com atraso, o que poderá impactar negativamente no patrimônio do Fundo e na rentabilidade das Quotas Seniores.

(f) Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Parágrafo 3º Risco de Liquidez:

(a) Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

(b) Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

(c) Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento



no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (d) Liquidação antecipada do Fundo. Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas neste parágrafo, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.
- (e) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Risco Operacional:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.



- (b) Documentos Comprobatórios. O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante ou o Auditor Independente em nome do Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo e ao Custodiante de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (c) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos em até 4 (quatro) Dias Úteis para a Conta do Fundo pelo Agente de Recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Agente de Recebimento de realizar as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento do Agente de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Caso haja qualquer problema de crédito do Agente de Recebimento, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo Agente de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

Em alguns casos os recursos transferidos pelos Consignantes são feitos diretamente em conta de recebimento em outra instituição ou diretamente no Cedente. Caso haja qualquer problema de crédito da referida instituição ou do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores.

A conciliação dos valores depositados pelos Consignantes nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelo Agente de Recebimento exclusivamente de acordo com as informações prestadas pelos Consignantes ao Cedente, e por este repassada ao Agente de Recebimento. Caso os Consignantes ou o Cedente prestem informações incorretas ou imprecisas ao Agente de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorreta de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo



ao Fundo e aos Quotistas.

Em virtude de liquidação antecipada dos Contratos de Mútuo, os pagamentos feitos pelos Mutuários poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberá tais valores na qualidade de depositário, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados nas Contas de Recebimento poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição do Agente de Recebimento ou do Custodiante, os Consignantes serão notificados e solicitados a realizar os repasses de pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo ao Cedente. Não há garantia de que os Consignantes efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiro contratado como Agente de Recebimento ou Custodiante, o Cedente ou terceiros serão obrigados a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente ou terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (d) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Consignante, Cedente, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) Risco de descontinuidade. A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das



operações regulares do Cedente e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

Quanto ao Risco do Cedente destacam-se:

O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de consignações dos proventos mensais dos Mutuários, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas consignações; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dada causa aos procedimentos do Capítulo XX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto nos proventos mensais dos Mutuários, realizado pelos Consignantes. Tal sistemática é autorizada por lei e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo por exemplo novos parâmetros para a consignação, é possível que diminua ou deixe de ocorrer a consignação com características que tornem os respectivos Direitos de Crédito Elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos de Crédito Elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são oriundos de contratos celebrados entre o Cedente e os Mutuários. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos de Crédito do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Mutuários, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (c) Riscos e custos de cobrança. os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser



suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

- (d) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (e) Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito. O Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários nos termos deste Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Mutuários, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos para o Fundo e, conseqüentemente, para seus Quotistas.
- (f) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (g) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.



CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA

Artigo 17 O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61 ("Administradora").

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 18 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, e observada a delegação de poderes ao Gestor, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º As atribuições da Administradora são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356 e suas posteriores alterações, e toda e qualquer obrigação da Administradora exigidas pela Instrução CVM 356, nos termos do Regulamento.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, e da legislação e regulamentação aplicável, são obrigações da Administradora:

- a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
 - a. a substituição da Administradora, do Auditor Independente, do Gestor ou do Custodiante;
 - b. a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - c. a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão.
- b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Controladoria e Custódia;
- c) informar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Agente de Recebimento, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo; e



Parágrafo 3º Nas hipóteses previstas na alínea (a) do Parágrafo 2º deste Artigo 18 os Quotistas serão considerados devidamente notificados caso tenham sido convocados, nos termos do Artigo 61 abaixo, para deliberar em assembléia geral sobre os temas previstos na referida alínea (a).

Parágrafo 4º As vedações à Administradora são aquelas dispostas no Artigo 35 da Instrução CVM 356, e as vedações à Administradora, agindo em nome do Fundo, são aquelas dispostas no Artigo 36 da Instrução CVM 356.

Artigo 19 Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração, uma Taxa de Administração equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do dia anterior à realização do referido cálculo, garantindo-se à Administradora o valor mínimo mensal de R\$3.000,00 (três mil reais) (a "Taxa de Administração"). A fórmula correspondente segue abaixo:

$$TA = \left(\frac{0,20}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil; e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Primeiro A remuneração de que trata este Artigo será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Parágrafo Segundo O valor expresso em reais disposto neste Artigo será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Artigo 20 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 21 Mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, por meio eletrônico e através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXII abaixo.



Artigo 22 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º Caso os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo XXII deste Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos dos artigos 56 e 57 deste Regulamento.

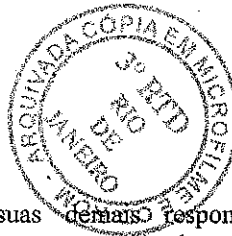
Artigo 23 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 24 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda., com sede na Av. Almirante Barroso, 52 – sala 3301, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 05.236.848/0001-38 (o “Gestor”), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

Artigo 25 Os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, previstos nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM 356, as atividades de escrituração de quotas do Fundo, bem como os serviços de Agente de Recebimento, serão exercidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (o “Custodiante”, o “Agente Escriturador” ou o “Agente de Recebimento”, conforme o caso).

Parágrafo Único Os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria, conforme indicado no *caput* deste Artigo, serão prestados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, a ser firmado entre a Administradora e o Custodiante. Não obstante o estabelecido neste Artigo, o Custodiante não terá a obrigação de realizar a verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito, tendo em vista o reduzido valor médio dos Direitos de Crédito não justificar a realização de verificação por amostragem, conforme estabelecido no artigo 38, parágrafo 3º da Instrução CVM 356.



Artigo 26 Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos deste Regulamento, o Custodiante poderá contratar um ou mais depositários para a guarda física dos originais dos Contratos de Mútuo, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito, nos termos do(s) Contrato(s) de Depósito (os "Documentos Comprobatórios").

Artigo 27 O Custodiante, com a interveniência e anuência da Administradora, contratará, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança, o Cedente para que adote, de acordo com os procedimentos de cobrança previsto no Capítulo XI, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os respectivos Mutuários que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Mutuários, nos termos do(s) Contrato(s) de Cobrança.

Artigo 28 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM (o "Auditor Independente").

Parágrafo Primeiro Sem prejuízo da isenção do Custodiante em realizar a verificação por amostragem nos termos da Instrução CVM 356, o Auditor Independente realizará, semestralmente, procedimentos específicos, com o objetivo de verificar por amostragem o lastro dos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por meio da verificação inclusive da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de pagamento do respectivo Consignante; (ii) identificação do Mutuário respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o Consignante; (iii) identificação do Consignante ao qual o Mutuário é vinculado; e (iv) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora e ao Custodiante relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

Parágrafo Segundo A elaboração dos procedimentos mencionados no Parágrafo Primeiro deste Artigo dependerá de alguns estudos estatísticos a serem elaborados pelo Auditor Independente e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos de Créditos.

Artigo 29 Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (a "Agência de Classificação de Risco").

CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 30 Observados os termos e as condições da legislação aplicável, dos Convênios e do Contrato de Agente de Recebimento, os Consignantes repassarão a totalidade dos valores consignados dos Mutuários, cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo, do Cedente e de outros cessionários, por meio de depósito único nas Contas de Recebimento, na forma do Contrato de Cessão e do Contrato de Agente de Recebimento.



Parágrafo 1º Nos casos em que os Consignantes já efetuam os repasses diretamente em conta de recebimento em outra instituição, o Cedente se obriga a notificar a referida instituição para que os valores correspondentes aos créditos que foram cedidos ao Fundo sejam transferidos diretamente para a Conta de Recebimento do Agente de Recebimento.

Parágrafo 2º Observado o disposto neste Artigo e no Contrato de Agente de Recebimento, o Agente de Recebimento deverá proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados com as referidas verbas e quais valores pertencem efetivamente ao Fundo, ao Cedente ou a qualquer outro cessionário. O Agente de Recebimento deverá transferir para a Conta do Fundo, em até 4 (quatro) Dias Úteis da data do seu respectivo recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo repassados pelos Consignantes para as Contas de Recebimento, nos termos dos Convênios.

Parágrafo 3º O Cedente transferirá ao Fundo os valores referentes à liquidação antecipada dos Direitos de Crédito por parte dos Mutuários em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores, sem prejuízo dos ajustes referentes à liquidação antecipada previstos no Contrato de Cessão.

Parágrafo 4º Além das disposições deste Artigo, a cobrança dos Consignantes será realizada conforme o procedimento descrito no Anexo V a este Regulamento.

Artigo 31 O Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Contratos de Mútuo, cujos Mutuários estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestadores de serviços especialmente contratados pelo Custodiante, com anuência expressa do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, e de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo V a este Regulamento.

Parágrafo Único Sem prejuízo do cumprimento da Política de Cobrança descrita no Anexo V a este Regulamento, o Cedente terá a faculdade de adquirir do Fundo os Direitos de Crédito que tenham sido cedidos ao Fundo e que não tenham sido pagos após decorridos 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de vencimento, pelo valor unitário de R\$1,00 (um real).

CAPÍTULO XII - QUOTAS

Artigo 32 A Administradora, em nome do Fundo, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- b) a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em Circulação;
- c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e



- d) a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo III a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (o "Suplemento").

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 39 abaixo.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 39 deste Regulamento; e
- d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

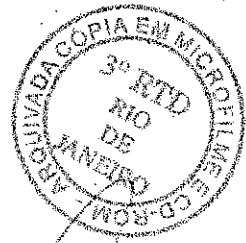
Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro da distribuição de cada série na CVM.

Parágrafo 5º Fica autorizado o cancelamento do saldo, de cada série, não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Artigo 33 O Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas com mínimo representativo de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea



(d) abaixo;

- d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40 deste Regulamento;
- e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto;
- f) serão subscritas exclusivamente pelo Cedente;
- g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Artigo 34 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 35 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XX deste Regulamento.

CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

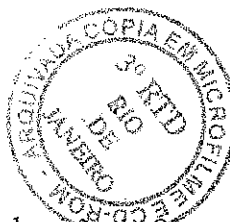
Artigo 36 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 39 e 40 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 37 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no suplemento de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 38 Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.



Artigo 39 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- b) o Valor Unitário de Referência (conforme definido no parágrafo 4º abaixo).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores da série em questão, na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Gestor, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

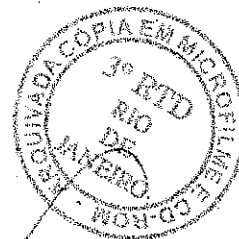
Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 40 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 41 As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 42 Sem prejuízo do previsto no Artigo 43 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.



Artigo 43 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 48 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

Artigo 44 Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 45 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 48 deste Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 39 e 42 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 39 e 40 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 57 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Parágrafo 5º A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora, conforme orientação do Gestor, deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores (a "Reserva de Liquidez"). Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do Parágrafo 6º abaixo.

Parágrafo 6º A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Liquidez (em percentual sobre o valor estimado pelo Gestor das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
60	30%



30	70%
15	100%

Parágrafo 7º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no Parágrafo 5º, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Liquidez, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 6º.

Parágrafo 8º Quando da execução dos procedimentos definidos neste Artigo, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

Parágrafo 9º Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora ou do Gestor, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Administradora e pelo Gestor.

Parágrafo 10 Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender ao disposto no Parágrafo 6º acima, o Gestor e a Administradora deverão interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.

CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 46 As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX e na BOVESPAFIX, e, a critério da Administradora, seguindo orientações do Gestor, na CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 47 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 48 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do



Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- c) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica; e
- d) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 49 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º O Fundo terá escrituração contábil própria.

Parágrafo 2º Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Parágrafo 3º As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do fundo e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com o disposto no Contrato de Custódia, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

Artigo 50 As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento.



Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Parágrafo 2º Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso e (ii) reabilitar ou outorgar poderes ao Cedente para que providencie a reabilitação do Mutuário inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 51 Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em Circulação do Fundo (a “Razão de Garantia”) é igual ou superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).

Artigo 52 Caso a Razão de Garantia seja inferior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao(s) titular(es) das Quotas Subordinadas, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizarem aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- b) o(s) titular(es) das Quotas Subordinadas deverá(ão) subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo Único Caso os titulares das Quotas Subordinadas não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do *caput* deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 55 deste Regulamento.

Artigo 53 Caso a Razão de Garantia seja superior a 140% (cento e quarenta por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora conforme informação fornecida pelo Gestor, poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite mínimo da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo fique igual a, no mínimo, 133,33%), mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;



- c) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo IV deste Regulamento não tenham sido excedidos; e
- d) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente.

Parágrafo 2º Cada titular das Quotas Subordinadas deverá comunicar à Administradora, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Subordinadas de sua titularidade, observado o disposto no *caput* deste Artigo 53.

Parágrafo 3º A Administradora, observado o disposto no *caput* deste Artigo 53, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da comunicação dos Quotistas, prevista no Parágrafo 2º deste Artigo.

Parágrafo 4º Não poderá haver amortização de Quotas Subordinadas, na forma prevista neste Artigo, nos 5 (cinco) meses que antecederem o resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação.

CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 54 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Avaliação"):

- a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente, ou qualquer operação com efeitos similares;
- b) caso o Cedente inicie processo de renegociação de dívidas ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- d) caso o Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- e) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por



escrito, enviado pela Administradora, informando-os da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora ou do Gestor, comprometer a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;

- f) descumprimento, por quaisquer dos Consignantes, de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas nos Convênios, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contado do envio, pela Administradora ao Cedente, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora ou do Gestor, afetar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- g) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento, nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- h) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em um nível abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- j) inobservância, pelo Agente de Recebimento, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Recebimento, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da referida notificação;
- k) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- l) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos deste Regulamento;
- m) ocorrência de qualquer evento que, no entendimento da Administradora ou do Gestor, gere risco potencial adicional aos riscos descritos neste Regulamento aos Quotistas Seniores;
- n) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações, previstos neste Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- o) verificação, pelo Custodiante, de que ocorreu aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento;
- p) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por



prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias corridos, representar, a qualquer momento, 6% (seis por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo;

- q) renúncia da Administradora e/ou do Agente de Recebimento;
- r) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- s) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;
- t) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- u) caso, no Relatório de Avaliação referido no Parágrafo Único do Artigo 28, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente com relação a 3% (três por cento) ou mais dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e
- v) a rescisão, extinção ou término, por qualquer motivo, de qualquer dos seguintes contratos: Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Custódia, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas e Contrato de Agente de Recebimento.

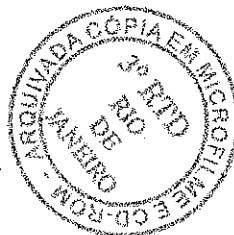
Artigo 55 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXII, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 56 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

Artigo 56 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação") quaisquer dos seguintes eventos:

- a) caso do Cedente, de seu controlador, de quaisquer sociedades por ele direta ou



indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum do Cedente venham a ingressar em regime de administração extrajudicial temporário - RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;

- b) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pelo Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do 90º (nonagésimo) dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM e alterações posteriores, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo, previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- d) cessação pelo Custodiante e/ou pelo Agente de Recebimento, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia e do Contrato de Agente de Recebimento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;
- e) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XIX;
- f) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, Gestor, Agente de Recebimento e quaisquer prestadores de serviços ao Fundo;
- g) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas neste Regulamento ou em Suplemento; e
- h) verificação, por parte da Administradora, da inviabilidade de continuidade do Fundo.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.



Parágrafo 3º Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo previsto no Parágrafo anterior, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- a) a Administradora e o Gestor liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 6º Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Parágrafo 7º Durante o processo de liquidação antecipada do Fundo prevista neste Artigo 56, os procedimentos descritos no Artigo 53 acima somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando então o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 57 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 56 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 58 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:



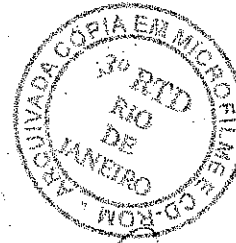
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356; e
- k) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 59 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;



- d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
- e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, com exceção da alteração ao Regulamento prevista no Artigo 8º, Parágrafo 5º, que deverá ser realizada exclusivamente pela Administradora;
- f) aprovar a substituição do Custodiante, do Agente de Recebimento, do Gestor, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- g) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e
- h) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 60 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes. Qualquer alteração realizada nos termos deste Artigo 60 será informada aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da alteração.

Artigo 61 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta com aviso de recebimento e por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas Seniores que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas Seniores. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, do Gestor, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.



Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 62 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 63 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral; exceto com relação às matérias indicadas nos incisos (b), (c) e (d) do Artigo 59 acima, as quais deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 1º Ressalvado o disposto no parágrafo 2º abaixo, a alteração das Datas de Resgate, Datas de Amortização Programada e Meta de Rentabilidade Prioritária de qualquer série de Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 100% das Quotas.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Artigo 54, item "s" deste Regulamento, a substituição de qualquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 66% das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do disposto no *caput* e nos parágrafos anteriores, a aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas: (i) alteração da remuneração da Administradora; (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente; (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iv) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura e (v) alteração dos prazos e composição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecidos no parágrafo 6º do artigo 45 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade do Cedente e de quaisquer de suas partes relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas.

Artigo 64 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 65 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e

Artigo 73 À Administradora cabe divulgar, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 74 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 75 O presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembléia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 76 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 dezembro de cada ano.

Artigo 77 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.

Artigo 78 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 77 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 79 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

3º OFÍCIO

28 ABR 89 896786

ARQUIVADA COM A EM HIERÓFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

28 ABR 1986 896186

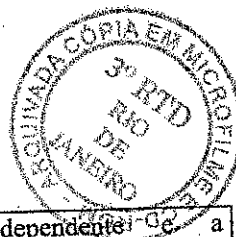
ANEXO I - DEFINIÇÕES

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

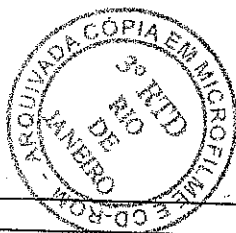
<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Agente de Recebimento:</u>	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Aposentados e Pensionistas:</u>	são os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social do INSS e os aposentados e pensionistas Cíveis e Militares dos Institutos de Previdências Estaduais e Municipais;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente</u>	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX:</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
<u>Cedente:</u>	é o Banco Rural S.A., o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Consignante:</u>	é o órgão ou entidade da administração federal, estadual e municipal direta, autárquica ou fundacional que procede a



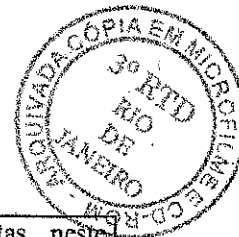
	descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, aposentado ou pensionista, em favor de consignatário, conforme listados no Anexo IV deste Regulamento;
<u>Conta do Fundo:</u>	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contas de Recebimento:</u>	são as contas de recebimento mantidas junto ao Agente de Recebimento, as quais só podem ser movimentadas por este último, exclusivamente na forma estabelecida no Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Contrato de Agente de Recebimento:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviço para recebimento dos valores consignados, celebrado entre o Cedente, o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente de Recebimento;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o contrato de cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, a Administradora e o Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e o Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o contrato firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Contratos de Mútuo:</u>	são os contratos de mútuo celebrados entre Banco Rural S.A. com cada Mutuário ou as cédulas de crédito bancário emitidas por estes últimos em favor do Cedente, por meio dos quais são formalizados os termos e as condições de empréstimo; e onde o respectivo Consignante é autorizado a promover os descontos nos proventos pagos aos Mutuários;
<u>Contrato de Serviços</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria,



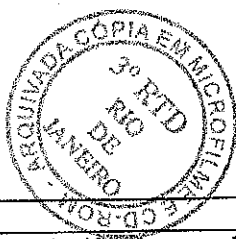
<u>de Auditoria Independente:</u>	firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Convênios:</u>	São acordos firmados pelo Cedente com entidades da administração federal, estadual, do Distrito Federal e municipal direta, autárquica ou fundacional, conforme listados no Anexo IV deste Regulamento, para que a totalidade das parcelas dos empréstimos devidos por cada Mutuário seja consignada diretamente nos proventos dos Mutuários, junto ao respectivo Consignante, em benefício do Cedente ou do Fundo, conforme o caso.
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da 1ª Subscrição de Quotas:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Dias Úteis:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Contratos de Mútuo celebrado pelo Cedente com Mutuários, observado o disposto neste Regulamento.
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 26 deste Regulamento;



<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 58 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 56 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Instituições Autorizadas</u>	Instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco (<i>rating</i>) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Standard & Poor's, ou classificação de risco (<i>rating</i>) equivalente, emitida pela Moody's ou pela Fitch.
<u>INSS</u>	Instituto Nacional da Seguridade Social
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 393, datada de 22 de julho de 2003;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Mutuário:</u>	são servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias e fundações públicas, listadas no Anexo IV e V deste Regulamento, e Aposentados e Pensionistas que venham a contrair empréstimo junto ao Cedente;



<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XXI deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Gazeta Mercantil;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Seniores em Circulação</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas, bem como aquelas que sejam pertencentes ao Cedente, suas respectivas controladas ou coligadas, seus controladores ou seus respectivos conselheiros e diretores;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 51 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 45 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SOMAFIX:</u>	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada;



<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32, Parágrafo Único deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas.
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os

pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

28 ABR 1986 896186

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO II - TERMO DE ADESAO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM 356/01"), ambas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento (o "Regulamento") do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Empréstimos Consignados, cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Prospecto e do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as normas do Regulamento, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e VII ("Política de Investimento e Composição da Carteira" e "Fatores de Riscos", respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e o Gestor têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades de mercado;
- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que a Administradora poderá, a seu exclusivo critério,

28 ABR 1996 896186

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;

- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/01;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Gazeta Mercantil", sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, o periódico destinado à divulgação das informações do Fundo, mediante comunicação prévia, por escrito; e
- (l) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão dessas declarações.

[Local], [•] de [•] de [•]

Denominação social do investidor
(Nomes e cargos dos representantes legais)
CNPJ/MF ou CPF/MF:
E-mail:

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

ANEXO III - MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO
[•] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

Suplemento ao regulamento para emissão da [•] Série de Quotas Seniores da [•] Distribuição Pública de Quotas Seniores do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [•];
- b) O Valor Unitário de Emissão: [•];
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- d) Data de Resgate: [•];
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•];
- f) Amortizações Programadas: [•];

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de 2006.

RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A..

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 OFÍCIO
ABR 2006 896186
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO INVESTIDOR
10 DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

28 ABR 88 896186

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO IV - LISTA DE CONSIGNANTES

Código	Estado	Nome	Localidade	Arquivado
001001	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
020010	ESTADUAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ATIVO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020030	ESTADUAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020040	ESTADUAL	SECRETARIA DA FAZENDA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020050	ESTADUAL	SEC. PLANEJ. ESTA. DESENVOL. ECONOMICO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020060	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020090	ESTADUAL	POLICIA CIVIL DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020280	ESTADUAL	INST. DE MEDICINA TROP. DE MANAUS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020420	ESTADUAL	INSTITUTO PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS	MANAUS - AM	MANUAL
020530	ESTADUAL	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020550	ESTADUAL	TRIB. CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020612	ESTADUAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO INATIVO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020613	ESTADUAL	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020630	ESTADUAL	FUNDACAO CENTRO CONTR. ONCOLOGICO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020640	ESTADUAL	F. HEMOTERAPIA E HEMAT. DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020707	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020710	ESTADUAL	SUPERINTENDENCIA DE SAUDE	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020711	ESTADUAL	CASA CIVIL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020712	ESTADUAL	SECRETARIA DE SEGURANCA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020717	ESTADUAL	FUNDAÇÃO VILA OLIMPICA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020725	ESTADUAL	OUVIDORIA E CONTROLADORIA DO ESTADO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020726	ESTADUAL	SECRETARIA DE GOVERNO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020727	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020728	ESTADUAL	DEFENSORIA PÚBLICA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020730	ESTADUAL	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020731	ESTADUAL	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROP.	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020732	ESTADUAL	PROCURADORIA DO ESTADO DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020733	ESTADUAL	FUNDAÇÃO ALFREDO DA MATA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020736	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020738	ESTADUAL	SUPER. DE HABITAÇÃO DE ASSUNTOS FUND	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020739	ESTADUAL	SECRETARIA DA EDUCACAO DO ESTADO DO AM	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020740	ESTADUAL	SUPERINTENDENCIA DE SAÚDE	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020741	ESTADUAL	POLICIA CIVIL DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020742	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DE MANAUS ATIVO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020743	ESTADUAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ATIVO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020744	ESTADUAL	SECRETARIA DA FAZENDA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020746	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020748	ESTADUAL	INST. DE MEDICINA TROPICAL DE MANAUS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO

881888

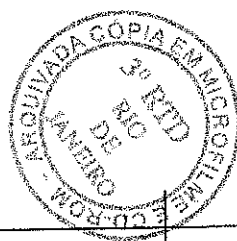
FRA 05



020750	ESTADUAL	INST. PROTEÇÃO AMBIENTAL AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020754	ESTADUAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO INATIVO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020755	ESTADUAL	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020756	ESTADUAL	FUNDACAO CENTRO CONTR. OCOLOGICO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020757	ESTADUAL	FUNDACAO DE HEMOTERAPIA E HEMAT. DO AM	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020760	ESTADUAL	FUNDAÇÃO VILA OLIMPICA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020763	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIRO MILITAR AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020764	ESTADUAL	DEFENSORIA PUBLIC EST. DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020765	ESTADUAL	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020766	ESTADUAL	INTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020772	ESTADUAL	AGENCIA REGULADORA DOS SV PLUBICOS DO AM	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020774	ESTADUAL	INSTITUTO DOS TRAB. DO EST. DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020775	ESTADUAL	SEC. ESTADO DE TERRA E HABITÇÃO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020778	ESTADUAL	CASA MILITAR	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020782	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DE AMPARO E PESQUISA DO ES AM	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020784	ESTADUAL	CASA CIVIL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020785	ESTADUAL	SEPROR	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020786	ESTADUAL	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020789	ESTADUAL	GABINETE DO VICE GOVERNADOR	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020790	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO E JUVENTUDE	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020791	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020794	ESTADUAL	SUHAB	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020797	ESTADUAL	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020799	ESTADUAL	SDS RURAL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020801	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTICA - SERVIDORES	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020804	ESTADUAL	SECRETARIA DE PRODUÇÃO	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020805	ESTADUAL	INSTITUTO DOS TRAB. DO EST. DO AMAZONAS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020806	ESTADUAL	IPEM-AM RURAL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020808	ESTADUAL	AGENCIA FLORESTAL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020809	ESTADUAL	SCI RURAL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020810	ESTADUAL	IMPRESA OFICIAL	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020853	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020855	ESTADUAL	AGÊNCIA COMERCIA	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
020856	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS	MANAUS - AM	ELETRÔNICO
030001	FEDERAL	INSTITUO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	SALVADOR - BA	MANUAL
030008	FEDERAL	MINISTERIO DA FAZENDA	SALVADOR - BA	MANUAL
030010	FEDERAL	UNI FED DA BAHIA	SALVADOR/ BA	MANUAL
030053	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANOPOLIS	SANTANÓPOLIS	MANUAL
030054	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA	ESPLANDA/BA	MANUAL
030063	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNCPAL DE FEIRA DE SANTANA - BA	FEIRA SANTANA/BA	MANUAL
030063	MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FEIRA SANTANA/BA	MANUAL



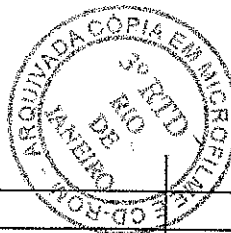
030063	MUNICIPAL	SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO	FEIRA SANTANA/BA	MANUAL
030063	MUNICIPAL	FUNDAÇÃO CULT. MÚN. EGBERTO TAVARES COSTA	FEIRA SANTANA/BA	MANUAL
030063	MUNICIPAL	FUNDAÇÃO MUNICIPAL HOSPITALAR FEIRA DE SANTANA	FEIRA SANTANA/BA	MANUAL
030063	MUNICIPAL	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SERV. MUNIC. DE FEIRA DE SANTANA-IPFS	FEIRA SANTANA/BA	MANUAL
030067	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO	PAULO AFONSO/ BA	MANUAL
030094	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL SALVADOR	SALVADOR/ BA	MANUAL
030126	MUNICIPAL	INSTITUTO PREVIDENCIA DO SALVADOR	SALVADOR/ BA	MANUAL
030127	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL LAPAO	LAPAO/BA	MANUAL
030128	ESTADUAL	GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	SALVADOR/ BA	ELETRÔNICO
030130	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE LAPÃO	LAPAO/BA	
030133	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA	MACAJUBA/ BA	MANUAL
030183	FEDERAL	ESCOLA AGROTECNICA DE SANTA INES	SALVADOR - BA	MANUAL
030186	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA DA CONQUISTA	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	
030188	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITA	IBITITA/BA	MANUAL
030190	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBA	ITAGIBA/ BA	MANUAL
030205	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA	ITABUNA/BA	MANUAL
030206	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE POCOES	POCOES/ BA	MANUAL
030210	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE	QUIJINGUE/ BA	MANUAL
030237	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDINA	OLINDINA/ BA	MANUAL
030241	ESTADUAL	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS MAGISTRADOS DA BAHIA - FASEB	SALVADOR/ BA	MANUAL
030242	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUIPE	ITAJUIPE/BA	MANUAL
030244	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE	MARAGOGIPE/ BA	MANUAL
030246	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE	LAJE/ BA	MANUAL
030247	ESTADUAL	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS MAGISTRADOS DA BAHIA - FASEB	SALVADOR - BA	
040001	ESTADUAL	SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL	SAO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040002	ESTADUAL	GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO / RS CRED	SAO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040003	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040004	ESTADUAL	UNIVERSIDADE EST. DO MARANHÃO / RS CRED	SAO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040005	ESTADUAL	INSTITUTO DE PESOS E M. DO MA / RS CRED	SAO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040006	ESTADUAL	AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA / RS CRED	SAO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040009	ESTADUAL	JUNTA COMERCIAL DO MARANHÃO / RS CRED	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040010	ESTADUAL	FUNDAÇÃO NICE LOBAO / RS CRED	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040011	ESTADUAL	PODERES APOSENTADOS/ RS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040012	ESTADUAL	PODERES APOSENTADOS/ RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040014	ESTADUAL	INSTITUTO DE TERRA DO MARANHÃO / RS CRED	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040028	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO-EDUCAÇÃO	CODO/MA	ELETRÔNICO
040029	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO-DIVERSOS	CODO/MA	ELETRÔNICO
040050	ESTADUAL	GERENCIA DE QUALIDADE DE VIDA RS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040054	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS BANCO RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO



040060	ESTADUAL	GERENCIA DE JUST. SEG. E CIDADANIA	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040063	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO RS	PINHEIRO/ MA	ELETRÔNICO
040070	ESTADUAL	GERENCIA DE INFRA- ESTRUTURA RS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040085	MUNICIPAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CHAPADINHA	CHAPADINHA/MA	ELETRÔNICO
040086	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA	CHAPADINHA/MA	ELETRÔNICO
040087	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA	CHAPADINHA/MA	ELETRÔNICO
040097	FEDERAL	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO MARANHÃO	SAO LUIZ - MA	ELETRÔNICO
040140	ESTADUAL	GERENCIA DESENVOLVIMENTO HUMANO RS	CALHAU/MA	ELETRÔNICO
040167	ESTADUAL	AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA/RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040168	ESTADUAL	FUNDACAO NICE LOBAO/ RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040211	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	SAO LUIZ - MA	ELETRÔNICO
040221	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE - PENSIONISTA	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040259	ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA BANCO RURAL	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040260	ESTADUAL	GERE. GOVERNO/GABINETE CIVIL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040261	ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA RS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040290	ESTADUAL	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MA RS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040320	FEDERAL	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MA	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040355	ESTADUAL	CAMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO-MA RS	PINHEIRO/ MA	ELETRÔNICO
040360	ESTADUAL	FUNDACAO DE ASSIST. ADOL. CRIANCA-RS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040461	FEDERAL	FUND INIVERSIDADE FEDERAL PENS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040480	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MA / RS PREVIDÊNCIA	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040541	FEDERAL	FUND NAC DE SAUDE PENS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040570	ESTADUAL	INSTITUTO DE TERRAS DO MARANHÃO	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040610	FEDERAL	JUSTIÇA FEDERAL - MA RS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040651	ESTADUAL	DEPARTAMENTO EST. TRANSITO MA RS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040661	FEDERAL	ESC. AGROTECNICA FED S. LUIS PENS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040662	FEDERAL	ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO	CODO/MA	ELETRÔNICO
040721	FEDERAL	MINISTERIO DO TRABALHO PENSIONISTA	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040860	ESTADUAL	GOVERNO APOSENTADOS RS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040864	MUNICIPAL	CAMARA MUNINICIPAL DE SAO LUIS RS	SÃO LUIS/ MA	
040866	MUNICIPAL	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040867	MUNICIPAL	FUND. MUN. DA CRIANCA E ASSIST. SOC	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040873	MUNICIPAL	HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040874	MUNICIPAL	INST. DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO RS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040875	MUNICIPAL	INST. DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO BANCO RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040879	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIS BANCO RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040882	FEDERAL	DEPART DE POLICIA FEDERAL PENS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040890	ESTADUAL	COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTO DO MARANHÃO	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040901	MUNICIPAL	INST. DE PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO RS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040902	MUNICIPAL	INST. MUN. DE PAISAGISMO URBANO RS	SAO LUIS/MA	ELETRÔNICO
040904	MUNICIPAL	INST. MUN. DE PRODUCAO E RENDAS BANCO RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO



040905	MUNICIPAL	FUND. MUN. DE DESPORTO E LAZER BANCO RURAL	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040918	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040924	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL ZE DOCA MA	ZE DOCA/ MA	ELETRÔNICO
040930	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040934	FEDERAL	TRIBUNAL REG. DO TRABALHO 16 REGIAO	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040937	MUNICIPAL	HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040938	MUNICIPAL	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSIST. SOCIAL	SÃO LUIS/ MA	
040943	MUNICIPAL	INST. MUNIC. DE PRODUÇÃO E RENDAS	SÃO LUIS/ MA	ELETRÔNICO
040968	MUNICIPAL	CAMARA DE VARGEM GRANDE-MA RS	VARGEM GRANDE/ MA	MANUAL
040980	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ / RS	IMPERATRIZ/MA	MANUAL
040988	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE RIBAMAR RS	SÃO JOSE DE RIBAMAR/ MA	ELETRÔNICO
050040	ESTADUAL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CE.	FORTALEZA/CE	MANUAL
050201	FEDERAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	FORTALEZA/CE	MANUAL
050301	FEDERAL	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA SECAS/CETRA	FORTALEZA/CE	MANUAL
050530	FEDERAL	JUSTIÇA FEDERAL	FORTALEZA/CE	MANUAL
050660	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	FORTALEZA/CE	MANUAL
050791	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	FORTALEZA/CE	MANUAL
050800	ESTADUAL	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - PARLAMENTARES	FORTALEZA/CE	MANUAL
050820	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	FORTALEZA/CE	MANUAL
050990	FEDERAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA PENS	FORTALEZA/CE	MANUAL
050997	MUNICIPAL	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO DE AQUIRAZ	AQUIRAZ/CE	MANUAL
050998	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE RUSSAS	RUSSAS - CE	MANUAL
051000	MUNICIPAL	SECRETARIA DA SAÚDE DE JAGUARUANA	JAGUARUANA - CE	
051004	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA	NOVA OLINDA - CE	MANUAL
051006	ESTADUAL	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS - GFT	FORTALEZA/CE	MANUAL
051008	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE EX INANPS PENS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051009	MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JAGUARUANA	JAGUARUANA - PE	MANUAL
051011	ESTADUAL	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO	FORTALEZA/CE	MANUAL
051015	MUNICIPAL	IGUATÚ ADMINISTRAÇÃO	IGUATU/CE	
051016	MUNICIPAL	IGUATU - EDU. 60%	IGUATU/CE	MANUAL
051017	FEDERAL	DNOC'S 2 DR PENS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051018	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA	JAGUARUANA - CE	
051022	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM	QUIXERAMOBIM - CE	MANUAL
051023	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCAS	JUCAS - CE	MANUAL
051024	MUNICIPAL	IGUATU SAUDE	IGUATU/CE	MANUAL
051027	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL CEDRO	CEDRO/CE	MANUAL
051030	ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA - CE	FORTALEZA/CE	MANUAL
051031	FEDERAL	PACATUBA - FUNDEC 40%	FORTALEZA/CE	MANUAL
051032	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA - 12	PACATUBA - CE	ELETRÔNICO
051033	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA - 18	PACATUBA - CE	ELETRÔNICO



051035	FEDERAL	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PENS.	FORTALEZA/CE	MANUAL
051036	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE JAGURUANA	JAGURUANA - CE	MANUAL
051038	ESTADUAL	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOROZINHO	FORTALEZA/CE	MANUAL
051039	ESTADUAL	ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DA RESERVA E REFORMADOS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051040	FEDERAL	PACATUBA - SAÚDE	FORTALEZA/CE	MANUAL
051041	FEDERAL	PACATUBA - SEC. DE OBRAS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051048	MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE DE AQUIRAZ	AQUIRAZ/CE	MANUAL
051049	MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ	AQUIRAZ/CE	MANUAL
051050	MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE DE CHOROZINHO	CHOROZINHO/CE	MANUAL
051051	MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CHOROZINHO	CHOROZINHO/CE	MANUAL
051052	ESTADUAL	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO DE JAGUARETAMA	FORTALEZA/CE	MANUAL
051057	MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE DE JAGUARETAMA	JAGUARETAMA - CE	
051058	MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JAGUARETAMA	JAGUARETAMA - CE	
051066	MUNICIPAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MARANGUAPE	MARANGUAPE - CE	MANUAL
051067	ESTADUAL	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA EMATERCE	FORTALEZA/CE	MANUAL
051069	MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MARANGUAPE	MARANGUAPE - CE	MANUAL
051071	FEDERAL	INST. NAC. COLO. REFORM. AGRÁRIA/PENS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051077	FEDERAL	ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA EMBRAPA	FORTALEZA/CE	MANUAL
051080	FEDERAL	DEP. POLÍCIA FEDERAL / PENS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051082	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE	HORIZONTE/CE	MANUAL
051083	MUNICIPAL	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE	MARANGUAPE	MANUAL
051084	ESTADUAL	SINDICATO DOS SERVIDORES TEC-ADM DO CE	FORTALEZA/CE	MANUAL
051085	ESTADUAL	ASSOC. DOS PROF. DE ESTAB. OFIC. DO CE	FORTALEZA/CE	MANUAL
051092	FEDERAL	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE DOS SERVIDORES CÍVIS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051094	MUNICIPAL	PREFEITURA DE BREJO SANTO	BREJO SANTO/CE	MANUAL
051098	FEDERAL	DEPT. POLÍCIA RODOVIÁRIA FED. PENS	FORTALEZA/CE	MANUAL
051100	MUNICIPAL	PREFEITURA DE RUSSAS	RUSSAS - CE	MANUAL
051125	FEDERAL	ESC. AGRO. FED. DO CRATO	FORTALEZA/CE	MANUAL
051143	FEDERAL	INST. NAC. SEG. SOC. - JUAZ. NORTE	FORTALEZA/CE	MANUAL
051163	MUNICIPAL	PREFEITURA JUAZEIRO DO NORTE	JUAZEIRO DO NORTE - CE	MANUAL
051170	MUNICIPAL	PREFEITURA SÃO GONÇALO DO AMARANTE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE	MANUAL
051172	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO	JUAZEIRO DO NORTE - CE	
051181	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE	HORIZONTE/CE	MANUAL
051190	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUA	TAUA - CE	MANUAL
051199	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA - 24	PACATUBA - CE	ELETRÔNICO
051287	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAU	IGUAU/CE	MANUAL
051296	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBE	JAGUARIBE - CE	MANUAL
051305	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE	JAGUARIBE - CE	MANUAL
060002	FEDERAL	INST. NAC. COLON. REF. AGRÁRIA	CUÍABA/MT	ELETRÔNICO
060024	ESTADUAL	EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA E ASSISTÊNCIA	CUÍABA/MT	ELETRÔNICO
060028	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL	CUÍABA/MT	ELETRÔNICO



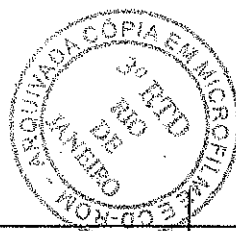
060030	ESTADUAL	CASA CIVIL	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060031	ESTADUAL	AGENCIA EST.REGULARIZACAO SERV.PUB.DE MT	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060032	ESTADUAL	CASA MILITAR	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060033	ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060034	ESTADUAL	SECRETARIA DO ESTADO DE FAZENDA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060035	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL TRABALHO EMPREGO E CIDADANIA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060036	ESTADUAL	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060037	ESTADUAL	SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060038	ESTADUAL	POLICIA MILITAR	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060039	ESTADUAL	POLICIA CIVIL	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060040	ESTADUAL	CORPO BOMBEIRO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060041	ESTADUAL	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060042	ESTADUAL	INSTITUTO TERRAS DO ESTADO MT	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060043	ESTADUAL	INSTITUTO DEFESA AGROPECUARIA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060044	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADO EDUCACAO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060045	ESTADUAL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADO MT	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060046	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADO E SAUDE	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060047	ESTADUAL	FUNDAÇÃO CENTRO REABILITACAO DOM AQUINO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060049	ESTADUAL	SECRETARIA PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060050	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060051	ESTADUAL	IMPrensa OFICIAL ESTADO MT	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060052	ESTADUAL	INSTITUTO PREVIDENCIA ESTADO MT	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060053	ESTADUAL	INATIVOS (DO ESTADO)	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060054	ESTADUAL	ENCARGOS UNIAO INATIVOS MS 78 SEDUC	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060055	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADO ESPORTES E LAZER	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060056	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADADO COMUNICACAO SOCIAL	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060057	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060058	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL DA CULTURA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060059	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL TRANSPORTES	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060062	ESTADUAL	SANEPREVI EFE SAD	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060063	ESTADUAL	AUDITORIA GERAL DO ESTADO	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060065	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060066	FEDERAL	ESCOLA TECNICA FEDERAL - PENSIONISTA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060067	MUNICIPAL	INST. MUN. PREV. SOC. SERV. MUN. CUIABA	CUIABA/MT	
060068	ESTADUAL	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060069	MUNICIPAL	PREFEITURA DE CUIABA - EDUCACAO	CUIABA - MT	ELETRÔNICO
060070	MUNICIPAL	PREFEITURA DE CUIABA-SAUDE	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060073	FEDERAL	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DE MT	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060076	MUNICIPAL	PREFEITURA DE RONDONOPOLIS	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
060083	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE	CUIABA/MT	ELETRÔNICO



060084	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS	CUIABA/MT	ELETRÔNICO
070003	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA TO	SAO LUIZ - MA	ELETRÔNICO
070070	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI	GURUPI/MA	MANUAL
080900	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	GOIANIA/GO	ELETRÔNICO
081662	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE AURILÂNDIA	AURILÂNDIA/GO	MANUAL
081663	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE AURILÂNDIA	AURILÂNDIA/GO	MANUAL
081665	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE	RIO VERDE - GO	MANUAL
081666	MUNICIPAL	SINDIACREUNA	ACREUNA/GO	MANUAL
081669	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUTAI	URUTAI - GO	MANUAL
081671	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE URUTAI	URUTAI - GO	
081672	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE JAUPACI	JAUPACI - GO	
081673	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAUPACI	JAUPACI - GO	MANUAL
081674	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGATU	PORANGATU - GO	MANUAL
081679	MUNICIPAL	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE	RIO VERDE - GO	
081682	MUNICIPAL	CÂMARA DE ACREUNA	ACREUNA/GO	
081688	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANIA	GOIANIA/GO	MANUAL
081712	ESTADUAL	SECRETARIA DA FAZENDA ATIVO	GOIANIA/GO	ELETRÔNICO
081729	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIZONA	ORIZONA - GO	MANUAL
081751	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE	TRINDADE - GO	
081752	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORA	GOIANIA/GO	MANUAL
081753	MUNICIPAL	AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO	GOIANIA/GO	MANUAL
081788	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS	MORRINHOS - GO	MANUAL
081790	ESTADUAL	TRIBUNAL DE CONTAS DOS ESTADOS	GOIANIA/GO	ELETRÔNICO
081792	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINA	PONTALINA - GO	
081794	ESTADUAL	ORGANIZAÇÕES DAS VOLUNTARIAS DE GOIAS	GOIANIA/GO	MANUAL
081796	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA	NIQUELÂNDIA - GO	MANUAL
081797	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS	PIRENÓPOLIS - GO	
084712	ESTADUAL	SEC DA FAZENDA ATIVO RS	GOIANIA/GO	ELETRÔNICO
084780	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMAS	INHUMAS/GO	MANUAL
084797	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUAÇU	URUAÇU - GO	MANUAL
084800	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA	JARAGUA - GO	
084801	MUNICIPAL	PREFEITURA DE CIDADE OCIDENTAL	CIDADE OCIDENTAL/GO	MANUAL
084802	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRAPUÃ	ITAPIRAPUÃ - GO	MANUAL
084803	MUNICIPAL	FUNDO MUNICIPAL DE PREV. SOCIAL SERV. JATAI	GOIANIA/GO	ELETRÔNICO
084804	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANIA	GOIANIA/GO	ELETRÔNICO
084805	MUNICIPAL	SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE SENADOR CANEDO	GOIANIA/GO	MANUAL
084807	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATUBA - GO	GOIATUBA/GO	MANUAL
084811	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA	CACHOEIRA DOURADA/GO	MANUAL
090009	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO	LIVRAMENTO - PI	MANUAL
090013	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	SANTA RITA / PB	MANUAL
090015	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO	MONTEIRO / PB	MANUAL



090016	MUNICIPAL	INST PREV SOCIAL SERV MUN DE CAAPORA	CAAPORA/PB	MANUAL
090017	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX	BAYEUX/PB	MANUAL
090021	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE PENSIONISTA	JOAO PESSOA - PB	ELETRÔNICO
090022	MUNICIPAL	PREF MUNICIPAL DE ALHANDRA	ALHANDRA/PB	MANUAL
090023	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU-PB	PITIMBU - PB	MANUAL
090024	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANCA	ESPERANCA/PB	MANUAL
090025	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE	CAMPINA GRANDE/PB	MANUAL
090026	MUNICIPAL	IPSEM INST PREVID SERV MUN CAMPINA GRAND	CAMPINA GRANDE/PB	MANUAL
090037	FEDERAL	MINISTERIO DO TRABALHO - PB	JOAO PESSOA - PB	ELETRÔNICO
100469	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL PENSIONISTA	CAMPO GRANDE/MS	ELETRÔNICO
100673	FEDERAL	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	CAMPO GRANDE/MS	ELETRÔNICO
100688	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE	CAMPO GRANDE/MS	ELETRÔNICO
100790	MUNICIPAL	CAMARÁ MUNICIPAL DE GLORIA DE DOURADOS	DOURADOS - MS	
100810	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEI	JATEI - MS	MANUAL
100840	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA	BELA VISTA - MS	
100845	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA	BELA VISTA - MS	
100870	MUNICIPAL	SIND. FUNCIONÁRIOS DA PREF. MUN. RIO BRILHANTE	RIO BRILHANTE - MS	
100885	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE	NOVO HORIZONTE - MS	
100900	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MS	CAMPO GRANDE/MS	ELETRÔNICO
100920	MUNICIPAL	SERV. AUTONOMO AGUA ESGOTO BELA VISTA	BELA VISTA - MS	
101000	ESTADUAL	GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO SUL	CAMPO GRANDE/MS	ELETRÔNICO
101010	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU	MARACAJU - MS	MANUAL
101060	MISTO	SINDICATO DO SERVIDOR PUBLICO PONTA PORÁ	PONTA PORÁ - MS	ELETRÔNICO
101100	MUNICIPAL	PREF MUN DE RIO VERDE DE MS.	RIO VERDE - MS	MANUAL
101111	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTACIO	ANASTACIAO/MS	MANUAL
110270	FEDERAL	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	BELO HORIZONTE/MG	ELETRÔNICO
110550	ESTADUAL	SECRETARIA DO ESTADO	MINAS GERAIS	ELETRÔNICO
110567	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA	BOA ESPERANÇA/MG	MANUAL
110568	MUNICIPAL	SAAB - SERVICO DE AGUA E ESGOTO DE BOA ESPERANÇA	BOA ESPERANÇA/MG	MANUAL
110573	MUNICIPAL	IPREMBE - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE BOA ESPERANÇA	BOA ESPERANÇA/MG	MANUAL
110582	MUNICIPAL	PREFEITURA MUN. DE PATOS DE MINAS	PATOS DE MINAS - MG	MANUAL
110624	MUNICIPAL	IPREM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS	PATOS DE MINAS-MG	MANUAL
110640	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL ARAGUARI	ARAGUARI/MG	MANUAL
110650	MUNICIPAL	INSTITUTO PREVIDENCIA JANAUBA	JANUARIA - MG	MANUAL
110662	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL SEM PEIXE	SEM PEIXE - MG	MANUAL
110676	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLANDIA	FELIXLANDIA/MG	MANUAL
110685	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINOPOLIS	DELFINOPOLIS/MG	MANUAL
110693	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA	UBERLANDIA-MG	MANUAL
110696	MUNICIPAL	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE PONTE NOVA	PONTE NOVA-MG	MANUAL
110700	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOPOLIS	DIVINOPOLIS/MG	MANUAL



110703	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIO	CLAUDIO/MG	MANUAL
110705	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS	PASSOS-MG	MANUAL
110707	MUNICIPAL	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE UBERLANDIA	UBERLANDIA/MG	MANUAL
110710	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPE	IGARAPE/MG	MANUAL
110711	MUNICIPAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UBERLANDIA	UBERLANDIA/MG	MANUAL
110712	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUI	CAMBUI/MG	MANUAL
110715	ESTADUAL	ASSOCIAÇÃO MINEIRA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS	MINAS GERAIS	MANUAL
110717	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE	POUSO ALEGRE/MG	MANUAL
110722	MUNICIPAL	IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS DORES	PONTE NOVA-MG	MANUAL
110723	MUNICIPAL	SINDICATO DOS SERVIDORES DE VARGINHA	VARGINHA-MG	MANUAL
110724	MUNICIPAL	PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO PARAISO	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG	
110725	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL MONTE ALEGRE	MONTE ALEGRE-MG	MANUAL
110731	MUNICIPAL	FUNDACAO MACONICA MANOEL DOS SANTOS	MANOEL DOS SANTOS-MG	MANUAL
110732	MUNICIPAL	SINDICATO DE PERDOES	PERDOES-MG	MANUAL
110736	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES CORAÇÕES	TRES CORAÇÕES/MG	MANUAL
110738	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	SÃO LOURENÇO/MG	MANUAL
110740	MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO	SÃO LOURENÇO-MG	MANUAL
110742	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	OURO BRANCO-MG	MANUAL
110743	ESTADUAL	UPPMG - UNIAO PESSOAL DA POLICIA MILITAR	MINAS GERAIS	MANUAL
110744	MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE SÃO LOURENÇO	SÃO LOURENÇO-MG	MANUAL
110745	MUNICIPAL	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CAMBUI	CAMBUI/MG	MANUAL
110747	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPÉBA	PARAOPÉBA-MG	MANUAL
110748	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIROS MINAS GERAIS	MINAS GERAIS	ELETRÔNICO
110749	ESTADUAL	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE/MG	ELETRÔNICO
110750	ESTADUAL	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CREDITO	BELO HORIZONTE/MG	ELETRÔNICO
110751	ESTADUAL	IPSEMG	MINAS GERAIS	ELETRÔNICO
110752	MUNICIPAL	AJOSP - FUNDAÇÃO DE ENSINO DE CONTAGEM	CONTAGEM/MG	MANUAL
110754	MUNICIPAL	SINDICATO DOS SERVIDORES DE LEOPOLDINA	LEOPOLDINA-MG	MANUAL
120001	ESTADUAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PA / INATIVOS	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120002	ESTADUAL	SSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PA / ATIVOS	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120003	ESTADUAL	NUCLEO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120004	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA	ABAETETUBA/PA	
120005	ESTADUAL	AUDITORIA GERAL DO ESTADO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120006	MUNICIPAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM-PA	BELEM/PA	MANUAL
120007	ESTADUAL	INSTITUTO GESTAO PREVIDENCIA DO PARA	BELEM/PA	MANUAL
120010	ESTADUAL	SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120011	ESTADUAL	SUPERINTENDENCIA SISTEMA PENAL-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120020	ESTADUAL	SECRETARIA DE FAZENDA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120030	ESTADUAL	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120040	ESTADUAL	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO



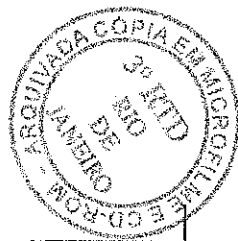
120041	ESTADUAL	HOSPITAL DAS CLÍNICAS GASPAR VIANA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120042	ESTADUAL	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MEIO AMBIENTE-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120050	ESTADUAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120053	ESTADUAL	SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120060	ESTADUAL	SECRETARIA DA AGRICULTURA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120070	ESTADUAL	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120071	ESTADUAL	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120080	ESTADUAL	SECRETARIA DE GESTÃO ORÇAMENTO E FINANCEIRA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120085	ESTADUAL	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120090	ESTADUAL	SECRETARIA DE CULTURA DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120100	ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL ESTADO DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120110	ESTADUAL	GABINETE DO GOVERNADOR - C. CIVIL	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120111	ESTADUAL	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR- C. CIVIL-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120112	ESTADUAL	ACAO SOCIAL INTEG AO PALACIO DO GOVERNO - PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120131	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESC DO PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120140	ESTADUAL	COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR ATIVO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120141	ESTADUAL	COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR INATIVO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120150	ESTADUAL	IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120160	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120180	ESTADUAL	EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA EXTINÇÃO RURAL-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120219	ESTADUAL	AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120220	ESTADUAL	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120230	ESTADUAL	FUNDAÇÃO CARLOS GOMES-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120280	FEDERAL	JUSTIÇA FEDERAL - 1 INSTANCIA - PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120440	ESTADUAL	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120450	FEDERAL	INSTITUTO DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120452	FEDERAL	INSTITUTO DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - MARABA	MARABA-PA	ELETRÔNICO
120524	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO PARA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120540	ESTADUAL	COMPANHIA DE HABITACAO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120560	ESTADUAL	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120570	ESTADUAL	CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120640	ESTADUAL	SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120660	ESTADUAL	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120680	ESTADUAL	HOSPITAL OFIR LOIOLA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120690	ESTADUAL	SECRETARIA DOS TRANSPORTES-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120710	ESTADUAL	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120720	ESTADUAL	SANTACASA DE MISERICORDIA DO PARA--PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120722	ESTADUAL	INSTITUTO DE ARTES DO PARA-PA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120732	FEDERAL	DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - MT	BELEM/PA	ELETRÔNICO
120735	FEDERAL	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	BELEM/PA	ELETRÔNICO



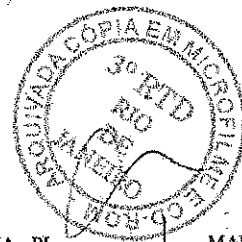
120736	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE SANTAREM	SANTAREM - PA	
120741	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABA-PA	MARAMBA - PA	MANUAL
120743	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA-PA	ANANINDEUA/PA	MANUAL
120745	ESTADUAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ANANINDEUA	ANANINDEUA/PA	MANUAL
120826	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE TUCURUI - PA	TUCURUI - PA	
120886	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS	PARAUPEBAS - PA	
120972	FEDERAL	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
130039	ESTADUAL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RGS	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130040	ESTADUAL	TESOURO DO ESTADO DO RIO GDE DO SUL	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130041	ESTADUAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO EST RGSUL	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130042	ESTADUAL	FED. DOS SINDICATOS DOS SERVIDORES .PUBLICOS .EST.RS	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130043	FEDERAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	SANTA MARIA - RS	
130044	MUNICIPAL	COOP.DE ECON.E CREDITO MUTUO DOS SERV.	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130046	ESTADUAL	COOP.DE ECON. ECREDITO MUTUO DOS EMPREG.	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130047	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARI	JAGUARI - RS	MANUAL
130048	ESTADUAL	ASSOCIACAO BENEFICENTE DOS FUNCIONARIOS DO IRGA	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130049	MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO SERVIDORES DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130058	ESTADUAL	UNIAO GAUCHA DOS PROFESSORES TECNICOS	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130059	ESTADUAL	COOPSERGS - COOPERATIVA PARA FINANCIAME	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130065	MUNICIPAL	ASSOC DOS SERVIDORES DE CAPAO DA CANOA	CAPAO DA CANOA/RS	MANUAL
130088	FEDERAL	V COMAR MILITAR	PORTO ALEGRE - RS	ELETRÔNICO
130110	FEDERAL	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4a. REGIAO	PORTO ALEGRE - RS	ELETRÔNICO
130160	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA	SANTA MARIA - RS	MANUAL
130169	FEDERAL	INSS-UPAG 2793	PORTO ALEGRE - RS	MANUAL
130362	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAI	TRAMANDAI - RS	MANUAL
130363	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO	RIO PARDO - RS	MANUAL
140025	FEDERAL	MINISTERIO DO TRABALHO	CURITIBA/PR	MANUAL
140029	FEDERAL	MINISTERIO TRABALHO - PENSIONISTA	CURITIBA/PR	MANUAL
140210	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	CURITIBA/PR	MANUAL
140350	ESTADUAL	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRONOMICO	CURITIBA/PR	MANUAL
140790	FEDERAL	INSS GERENCIA CURITIBA	CURITIBA/PR	MANUAL
140791	FEDERAL	INSS GERENIA EXECUTIVA PONTA GROSSA	PONTA GROSSA - PR	MANUAL
140792	FEDERAL	INSS GERENCIA EXECUTIVA LONDRINA	LONDRINA - PR	MANUAL
140799	FEDERAL	INSS - PENSIONISTA	CURITIBA/PR	MANUAL
140940	FEDERAL	JUSTICA FEDERAL DO PARANA 9 REGIAO	CURITIBA/PR	MANUAL
141440	FEDERAL	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	CURITIBA/PR	MANUAL
141501	FEDERAL	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	CURITIBA/PR	MANUAL
142058	FEDERAL	MINISTERIO DA AERONAUTICA CIVIL	CURITIBA/PR	MANUAL
142080	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU	FOZ DO IGUAÇU/PR	ELETRÔNICO
142131	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRAÇA	GUAIRAÇA/PR	MANUAL
142140	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA	TERRA RICA - PR	MANUAL



142142	MUNICIPAL	CAMARA DE TERRA RICA	TERRA RICA - PR	
142155	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE	DIAMANTE DO NORTE/PR	MANUAL
142170	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL	LARANJEIRAS DO SUL - PR	MANUAL
142200	ESTADUAL	GOVERNO DO ESTADO DO PARANA	CURITIBA/PR	ELETRÔNICO
142220	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE PR	CURITIBA/PR	MANUAL
142224	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL	CASCAVEL/PR	ELETRÔNICO
142225	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL - INSTITUTO DE SAUDE	CASCAVEL/PR	MANUAL
142257	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO	ÂNGULO/PR	MANUAL
142274	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE PALMITAL	PALMITAL - PR	MANUAL
142280	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES	MORRETES - PR	MANUAL
142320	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUA	ARAPU/PR	MANUAL
142340	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE	CAMPO DO TENENTE - PR	
142350	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA	CONTENDA/PR	MANUAL
142360	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO	CRUZ MACHADO/PR	MANUAL
142390	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PR	PONTAL DO PARANÁ - PR	
142400	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA	GUARATUBA/PR	MANUAL
142430	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE	GOIOERE/PR	MANUAL
142450	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA	LONDRINA - PR	ELETRÔNICO
142460	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK	CONSELHEIRO MAIRINCK/PR	MANUAL
142470	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL	PIRAI DO SUL - PR	
142490	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	CURITIBA/PR	MANUAL
142500	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI	JABOTI - PR	MANUAL
142600	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO	CAMPO LARGO/PR	MANUAL
142620	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU	PORECATU - PR	MANUAL
142640	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE REBOLEAS	REBOLIAS - PR	MANUAL
142650	MUNICIPAL	FUNDACAO HOSPITAL DE SAUDE MUNICIPIO DE FIGUEIRA	FIGUEIRA/PR	MANUAL
142660	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE FAROL	FAROL/PR	MANUAL
142680	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	PONTA GROSSA - PR	ELETRÔNICO
142710	MUNICIPAL	CAIXA DE ASSISTENCIA AO APOSENTADO PENSIONISTA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE LONDRINA	LONDRINA - PR	MANUAL
142750	MUNICIPAL	PREF MUN DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	LEONIDAS MARQUES - PR	MANUAL
142760	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA	TERRA ROXA - PR	MANUAL
150015	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DE PERNAMBUCO	RECIFE/ PE	MANUAL
150016	ESTADUAL	GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	RECIFE/ PE	MANUAL
150018	ESTADUAL	DEPTO ESTADUAL DE TRANSITO DE PERNAMBUCO	RECIFE/ PE	MANUAL
150040	FEDERAL	ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150061	FEDERAL	MINISTERIO SAUDE PENSÃO	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150071	FEDERAL	ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150085	ESTADUAL	FUND. APOS. PENS. SERV. DO EST. DE PE	RECIFE/ PE	MANUAL
150086	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150183	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO	SÃO CAETANO - PE	



150184	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIRA	CUIRA/PE	MANUAL
150187	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO	TRIUNFO/ PE	MANUAL
150191	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE	BUIQUE/PE	MANUAL
150197	MUNICIPAL	INST. DE PREV. SOCIAL DE CARUARU	CARUARU/PE	MANUAL
150203	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIROS	BARREIROS/PE	MANUAL
150205	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATENDE	CATENDE - PE	
150230	FEDERAL	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	RECIFE - PE	MANUAL
150231	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DO PAULISTA	PAULISTA/ PE	MANUAL
150235	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL VEREADORES DE OLINDA	VEREADORES DE OLINDA - PE	
150236	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA	PESQUEIRA/ PE	MANUAL
150238	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA	AGRESTINA/PE	MANUAL
150241	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU	CARUARU/PE	MANUAL
150242	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUREMA	JUREMA/ PE	MANUAL
150248	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE PERNAMBUCO	RECIFE/ PE	MANUAL
150320	FEDERAL	DEPARTAMENTO POLICIA FEDERAL	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150322	FEDERAL	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO PENSIONISTA	RECIFE - PE	MANUAL
150328	FEDERAL	MINISTERIO DA FAZENDA PENSIONISTAS	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150334	FEDERAL	ESCOLA AGROTEC. FED. BAR. PENSIONISTA	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150420	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL COLONIZAÇÕES E REFORMA AGRARIA	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
150910	FEDERAL	DEPTO POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	RECIFE - PE	ELETRÔNICO
160011	FEDERAL	DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160012	FEDERAL	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160280	MUNICIPAL	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160330	FEDERAL	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160550	FEDERAL	INCRA PI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160640	FEDERAL	DEPTO POLICIA FEDERAL PI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160680	FEDERAL	UNIVERS FEDERAL DO PIAUI/PENSIONISTA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160681	FEDERAL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160683	ESTADUAL	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160684	FEDERAL	DELEGACIA DO MINISTERIO DA FAZENDA PI	FORTALEZA/CE	ELETRÔNICO
160685	FEDERAL	DELEGACIA DO MIN DA FAZENDA	FORTALEZA/CE	ELETRÔNICO
160690	ESTADUAL	INSTITUTO ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160693	ESTADUAL	INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160694	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DE FREITAS	JOSE DE FREITAS - PI	MANUAL
160699	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - BANCO RURAL	TERESINA - PI	MANUAL
160708	ESTADUAL	SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160709	MUNICIPAL	INST. DE PREV. DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA	PARNAÍBA - PI	
160716	FEDERAL	MINISTERIO DO TRABALHO/PENS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160718	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO	UNIÃO - PI	
160719	ESTADUAL	EMPRESA DE INF. E PROCES. DE DADOS DO PI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160725	FEDERAL	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA SECAS/PENS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO



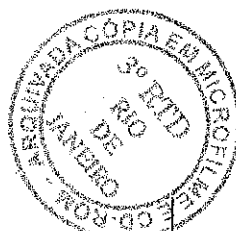
160728	ESTADUAL	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PI S/A	TERESINA - PI	MANUAL
160729	ESTADUAL	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160731	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	TERESINA - PI	MANUAL
160734	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL PEN	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160738	ESTADUAL	GABINETE VICE-GOVERNADOR	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160743	FEDERAL	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PENSIONISTA	BURITI DOS LOPES/PI	ELETRÔNICO
160745	ESTADUAL	IAPEP/INATIVOS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160746	ESTADUAL	IAPEP/PENSIONISTA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160747	ESTADUAL	IAPEP/SERVIDORES	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160748	ESTADUAL	PM BOMBEIROS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160750	MUNICIPAL	PREFEITURA DE REGENERAÇÃO/ADM	REGENERAÇÃO - PI	MANUAL
160751	MUNICIPAL	PREFEITURA DE REGENERAÇÃO/EDUCAÇÃO	REGENERAÇÃO - PI	MANUAL
160752	MUNICIPAL	PREFEITURA REGENERAÇÃO/SEC. SAÚDE	REGENERAÇÃO - PI	MANUAL
160756	MUNICIPAL	SECRETARIA EDUCAÇÃO PÚBLICA MIGUEL ALVES	MIGUEL GONÇALVES - PI	
160759	MUNICIPAL	SEC EDUCAÇÃO P. DE OEIRAS	OEIRAS - PI	
160760	MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE PREFEITURA DE OEIRAS	OEIRAS - PI	MANUAL
160761	FEDERAL	DEPARTAMENTO POLICIA FEDERAL PENSIONISTA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160762	MUNICIPAL	SEC EDUCAÇÃO PREF. LUZILANDIA	LUZILANDIA - PI	MANUAL
160765	MUNICIPAL	SEC EDUCAÇÃO PÚBLICA DE SÃO PEDRO	SAO PEDRO - PI	MANUAL
160779	ESTADUAL	SECRETARIA DE FAZENDA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160781	ESTADUAL	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160787	MUNICIPAL	PREFEITURA LUZILANDIA ADM	LUZILANDIA - PI	MANUAL
160791	ESTADUAL	RS SEC DE JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160792	ESTADUAL	RS SASC ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160802	MUNICIPAL	RS PRÓDEPI	TERESINA - PI	
160815	MUNICIPAL	ASERPUB PI	TERESINA - PI	
160816	ESTADUAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INATIVOS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160824	ESTADUAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160833	ESTADUAL	FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQ. ECON. SOCIAIS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160842	ESTADUAL	PIENTUR	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160869	ESTADUAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO PIAUI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160878	ESTADUAL	COMPANHIA DE DES. DO PIAUI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160887	ESTADUAL	DEP EST. DE TRANSITO	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160896	ESTADUAL	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - PI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160914	ESTADUAL	POLICIA MILITAR	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160923	ESTADUAL	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160932	ESTADUAL	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160941	ESTADUAL	SECRETARIA DE SAÚDE	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160950	ESTADUAL	SECRETARIA DA FAZENDA PI	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160959	ESTADUAL	GABINETE MILITAR	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160968	ESTADUAL	SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	TERESINA - PI	ELETRÔNICO



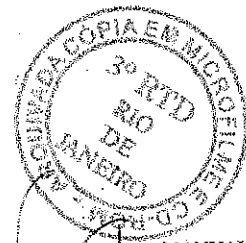
160977	ESTADUAL	SEC. DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
160995	ESTADUAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	TERESINA - PI	ELETRÔNICO
170240	FEDERAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	NATAL - RN	MANUAL
170520	FEDERAL	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	NATAL - RN	MANUAL
170580	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	NATAL - RN	MANUAL
170593	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE	NATAL - RN	MANUAL
170595	FEDERAL	UNIVERSIDADE FED RN/PENS	NATAL - RN	MANUAL
170610	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLIC FEDERAL/PENS	NATAL - RN	MANUAL
170611	FEDERAL	DEP POL RODOVIARIA FED/PENS	NATAL - RN	MANUAL
170615	ESTADUAL	TRIBUNAL DE CONTAS	NATAL - RN	MANUAL
170618	ESTADUAL	SECRETARIA DE ADM. E RECURSOS HUMANOS	NATAL - RN	MANUAL
170619	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA E DA DEFESA SOCIAL	NATAL - RN	MANUAL
170620	ESTADUAL	SECRETARIA SAUDE PUBLICA	NATAL - RN	MANUAL
170621	ESTADUAL	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA	NATAL - RN	MANUAL
170627	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	NATAL - RN	MANUAL
170629	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE	NATAL - RN	MANUAL
170630	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA CULTURA E DOS	NATAL - RN	MANUAL
170632	ESTADUAL	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	NATAL - RN	MANUAL
170635	ESTADUAL	S. INDUST COMERCIO CIENCIA E TECNOLOGIA	NATAL - RN	MANUAL
170636	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DO TRAB HAB E DA AÇÃO SOCIAL	NATAL - RN	MANUAL
170638	ESTADUAL	VICE GOVERNADORIA	NATAL - RN	MANUAL
170642	ESTADUAL	SECRETARIA DE TURISMO	NATAL - RN	MANUAL
170643	ESTADUAL	SECRETARIA ASS FUND. COLO APOIO REF AGRÁRIA	NATAL - RN	MANUAL
170647	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RN	NATAL - RN	MANUAL
170649	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL	NATAL - RN	ELETRÔNICO
170651	ESTADUAL	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE	NATAL - RN	MANUAL
170654	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RN	NATAL - RN	MANUAL
170655	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE-GO	MANUAL
170656	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS	CURRAIS NOVOS/RN	MANUAL
170657	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS	TOUROS-RN	MANUAL
170658	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAUNAS	BARAUNAS/RN	MANUAL
190285	FEDERAL	HOSPITAL CARDIOLOGIA LARANJEIRAS	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190291	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE DATAS/RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190431	FEDERAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RJ PENSIONISTAS	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190460	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - CENTRO RIO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190465	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - CAXIAS	DUQUE DE CAXIAS/RJ	ELETRÔNICO
190681	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL PROPRIEDADE INDUSTRIAL PENSIONISTA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190710	FEDERAL	ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190712	FEDERAL	ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - PENSIONISTA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO



190751	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - PENSIONISTA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190794	FEDERAL	MINISTERIO DA AERONAUTICA PAG DE IN. PENS AERO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190804	FEDERAL	MINISTERIO AERONAUTICA - HOSPITAL DA FORÇA AEREA GALEAO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190824	FEDERAL	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT - PENSIONISTA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190851	FEDERAL	MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO - PENSIONISTA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190871	FEDERAL	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - PENSIONISTA	NITEROI - RJ	ELETRÔNICO
190901	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190902	FEDERAL	CODENI	NOVA IGUAÇU - RJ	ELETRÔNICO
190911	MUNICIPAL	SINDICATO DOS NOTÓRIOS E REGISTRAD DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	
190928	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU	NOVA IGUAÇU - RJ	ELETRÔNICO
190932	ESTADUAL	I.E.E.FLORESTAL	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190975	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGARATIBA	MANGARATIBA - RJ	MANUAL
190976	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS	VASSOURAS - RJ	MANUAL
190980	ESTADUAL	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190986	ESTADUAL	INST DE PREVIDENCIA RJ-FUNCIONARIOS	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190989	ESTADUAL	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
190990	ESTADUAL	INSTITUTO VITAL BRASIL	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191007	ESTADUAL	SERLA EXTRA QUADRO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191013	ESTADUAL	CENTRO DE CÍDENCÍAS EST. RJ EXTRA QUADRO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191100	FEDERAL	MARINHA DO BRASIL - MILITAR	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191178	ESTADUAL	COMPANHIA ESTADUAL DE HABILITAÇÃO DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	MANUAL
191196	ESTADUAL	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	MANUAL
191209	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA	MANGARATIBA - RJ	MANUAL
191210	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM	BOM JARDIM/RJ	MANUAL
191216	FEDERAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BOM JARDIM	BOM JARDIM/RJ	ELETRÔNICO
191585	ESTADUAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA-SECRETARIAS ESTADO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191586	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191588	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191591	ESTADUAL	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191592	ESTADUAL	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191593	ESTADUAL	FUNDAÇÃO LEAO XIII	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191595	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TECNICA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191597	ESTADUAL	CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191600	ESTADUAL	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191604	ESTADUAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191609	ESTADUAL	FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO ESTADO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191610	ESTADUAL	INSTITUTO DE ASSIST.SERVIDORES DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191612	ESTADUAL	F.SUPER. EST. RIOS E LAGOAS - RURAL	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191613	ESTADUAL	FUND. EST. ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191614	ESTADUAL	CIA T. SOBRE TRILHOS RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO



191615	ESTADUAL	CLUBE DOS EMPREGADOS DA PETROBRAS	RIO DE JANEIRO - RJ	MANUAL
191616	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO MERITI	SAO JOAO DO MERITI - RJ	ELETRÔNICO
191617	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DE ARTES DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191619	ESTADUAL	SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191620	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUA	TANGUÁ - RJ	
191622	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL SAO GONÇALO	SÃO GONÇALO - RJ	
191623	ESTADUAL	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SERVIÇO PUBLICO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191625	ESTADUAL	EMATER -RIO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191626	ESTADUAL	FAPERJ - B. RURAL	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191628	ESTADUAL	CIDE - CENTRO DE INFORMACAO DADOS RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191629	ESTADUAL	FUND.INST.PESCA EST.RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191641	ESTADUAL	DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191643	ESTADUAL	UNIVERSIDADE DO NORTE FLUMINENSE	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191644	ESTADUAL	COMPANHIA DE DESENV. INDUSTRIAL DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191645	ESTADUAL	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191656	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE TRES RIOS	TRES RIOS - RJ	
191660	ESTADUAL	DEPARTAMENTO TRANSITO DO ESTADO DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191662	ESTADUAL	FUND. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191664	ESTADUAL	CIA DE TURISMO DO ESTADO DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191665	ESTADUAL	FUNDAÇÃO SANTA CABRINI	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191666	ESTADUAL	IMPrensa OFICIAL DO ESTADO	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191667	ESTADUAL	INST. TERRAS CORTOGRAFIA RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191668	ESTADUAL	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES DO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191670	ESTADUAL	CLUBE DOS EMPREGADOS DA PETROBRAS	RIO DE JANEIRO - RJ	MANUAL
191677	FEDERAL	MARINHA SER. INAT. / PENS MARINHA	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191690	ESTADUAL	CIA ESTAD. DE ENG. DE TRANSP. E LOGIST	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
191697	ESTADUAL	PREVINI	RIO DE JANEIRO - RJ	MANUAL
191960	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DO ESTADO RJ	RIO DE JANEIRO - RJ	ELETRÔNICO
200030	ESTADUAL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
200071	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	FLORIANOPOLIS/SC	ELETRÔNICO
200190	FEDERAL	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
200191	FEDERAL	ESCOLA TECNICA FEDEDERAL DE SC PENSIONISTA	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
200300	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL FLORIANOPOLIS	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
200301	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL JOINVILLE	JOINVILLE - SC	MANUAL
200304	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL CHAPECO	CHAPECO/SC	MANUAL
200309	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL PENSIONISTA	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
200330	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE	FLORIANOPOLIS/SC	ELETRÔNICO
200339	FEDERAL	MINISTERIO DA SAUDE PENSIONISTA	FLORIANOPOLIS/SC	ELETRÔNICO
200370	FEDERAL	MINISTERIO DA FAZENDA	FLORIANOPOLIS/SC	



200430	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS - SC	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
200620	FEDERAL	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	FLORIANOPOLIS/SC	
200629	FEDERAL	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
201044	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC	ITAPOÁ-SC	MANUAL
201050	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO ALEGRE	CAMPO ALEGRE/SC	MANUAL
201060	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA - SC	SANTA CECÍLIA-SC	MANUAL
201090	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES - SC	NAVEGANTES-SC	MANUAL
201100	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL IÇARA - SC	IÇARA/SC	MANUAL
201140	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS	PALMITOS/SC	
201150	ESTADUAL	GOVERNO DE ESTADO DE SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
201160	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS	TIJUCAS - SC	MANUAL
201165	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS - SC	TIJUCAS - SC	MANUAL
201170	MUNICIPAL	GBSR PREFEITURA IMBITUBA	IMBITUBA/SC	MANUAL
201180	ESTADUAL	GBSR CELESC - CIA. DE ENERGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS/SC	MANUAL
201190	MUNICIPAL	GBSR PREFEITURA IMARUI	IMARUI/SC	MANUAL
201240	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL ITUPORANGA - SC	ITUPORANGA-SC	MANUAL
201250	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL TRÊS BARRAS - SC	TRÊS BARRAS - SC	MANUAL
201260	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS	BRUNOPOLIS/SC	MANUAL
201266	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS - SC	BRUNOPOLIS/SC	MANUAL
201270	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE	XANXERE - SC	MANUAL
210510	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	SÃO PAULO - SP	ELETRÔNICO
210530	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - BOTUCATU FM	BOTUCATU/SP	MANUAL
210590	ESTADUAL	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15- REGIAO	CAMPINAS/SP	MANUAL
210731	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	SÃO PAULO - SP	MANUAL
211010	MUNICIPAL	SINDICATO DOS FUNC. PUB. CARAPICUIBA	CARAPICUIBA/SP	MANUAL
211087	FEDERAL	INSTITUO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	ARACATUBA/SP	MANUAL
211091	FEDERAL	INSTITUO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	SÃO PAULO - SP	MANUAL
211096	FEDERAL	INSTITUO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	PIRACICABA - SP	MANUAL
211102	FEDERAL	INSTITUO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	SANTOS - SP	MANUAL
211103	FEDERAL	INSTITUO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	SOROCABA - SP	MANUAL
211110	FEDERAL	DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO PENS	SÃO PAULO - SP	MANUAL
211117	MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA	BARBOSA/SP	ELETRÔNICO
211119	FEDERAL	INSTITUO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL PENSIONISTA	SÃO PAULO - SP	MANUAL
211123	MUNICIPAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL SÃO PAULO	SÃO PAULO - SP	ELETRÔNICO
211125	MUNICIPAL	HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	SÃO PAULO - SP	ELETRÔNICO
211126	MUNICIPAL	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL - PENSIONISTA	SÃO PAULO - SP	ELETRÔNICO
211132	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDONÇA	MENDONÇA - SP	ELETRÔNICO
211136	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS	FERNANDÓPOLIS/SP	MANUAL
211141	MUNICIPAL	PREFEITURA ESTAN TUR SALESÓPOLIS	SALESÓPOLIS - SP	ELETRÔNICO
211144	MUNICIPAL	SINDICATO DO SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PINDAMONHANGABA E CAMPOS DO JORDÃO	PINDAMONHANGABA SP	ELETRÔNICO
211145	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITIBA MIRIM	BIRITIBA MIRIM/SP	ELETRÔNICO



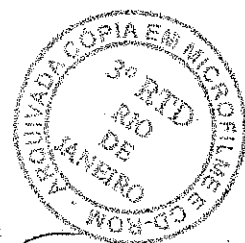
211146	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA	LIMEIRA - SP	ELETRÔNICO
211147	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA	ARTUR NOGUEIRA/SP	MANUAL
211148	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO COELHO	ENGENHO COELHO/SP	ELETRÔNICO
211149	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA	HOLAMBRA/SP	ELETRÔNICO
211152	MUNICIPAL	HOSP.MUN. REGIONAL TATUAPE	TAUBATE - SP	ELETRÔNICO
211154	MUNICIPAL	FUNDO PREY BEN S. PUB MUN ARTUR NOGUEIRA	ARTUR NOGUEIRA/SP	MANUAL
211160	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM	ITANHAEM - SP	
211162	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO	SERTAOZINHO - SP	MANUAL
211163	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE ITANHAEM	ITANHAEM - SP	MANUAL
211165	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS	ASSIS/SP	MANUAL
211167	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM	MOGI MIRIM - SP	MANUAL
211171	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	MARILIA - SP	MANUAL
211172	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	ASSIS/SP	MANUAL
211173	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	MANUAL
211174	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	ARARAQUARA/SP	MANUAL
211175	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	ARARAQUARA/SP	MANUAL
211176	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	ARARAQUARA/SP	MANUAL
211178	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	BAURU/SP	MANUAL
211179	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	BAURU/SP	MANUAL
211180	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	BAURU/SP	MANUAL
211181	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	ARACATUBA/SP	MANUAL
211182	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	BOTUCATU/SP	MANUAL
211183	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	BOTUCATU/SP	MANUAL
211184	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - BOTUCATU IB	BOTUCATU/SP	MANUAL
211185	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	BOTUCATU/SP	MANUAL
211188	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - GUARATINGUETA FE	GUARATINGUETA/SP	MANUAL
211189	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - REITORIA	SAO PAULO - SP	MANUAL
211190	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	SAO PAULO - SP	MANUAL
211192	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	SAO PAULO - SP	MANUAL
211193	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE AGUDOS	AGUDOS/SP	MANUAL
211194	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA	ITUPEVA - SP	MANUAL
211198	FEDERAL	MINISTERIO DA AERONAUTICA PENSIONISTA	SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	MANUAL
211199	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO	RIBEIRAO PRETO - SP	MANUAL
211204	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINOPOLIS	JARDINÓPOLIS - SP	
211205	ESTADUAL	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	SAO PAULO - SP	MANUAL
211206	MUNICIPAL	SAME FRANCISCO MORATO	FRANCISCO MORATO/SP	MANUAL
211207	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA	PARANAPANEMA - SP	MANUAL
211209	ESTADUAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	RIO CLARO - SP	MANUAL
220010	FEDERAL	INST.COLONIZACAO REFORMA AGRARIA	MACEIO - AL	ELETRÔNICO
220023	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE ARACAJU	ARACAJU/SE	
220026	ESTADUAL	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SERGIPE	MACEIO - AL	ELETRÔNICO



220028	FEDERAL	INST. NACIONAL DE SEG. SOCIAL-PENSAO	MACEIO - AL	ELETRÔNICO
220032	MUNICIPAL	PREFEITURA MUN. DE ROSARIO DO CATETE -SE	ROSADIO DO CATETE - SE	ELETRÔNICO
220033	ESTADUAL	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE SERGIPE	ARACAJU/SE	MANUAL
220035	ESTADUAL	TRIBUNAL DE CONTAS - SE	ARACAJU/SE	MANUAL
220036	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SERGIPE	ARACAJU/SE	MANUAL
220037	ESTADUAL	HEMOLACEN	ARACAJU/SE	
230017	ESTADUAL	SUMERIA - DETRAN	VITORIA - ES	MANUAL
230024	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA	VILA VELHA - ES	MANUAL
230027	ESTADUAL	INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	SERRA - ES	MANUAL
230033	ESTADUAL	COOP ECON CRED M'S PODER JUD E ESP SANTO	VITORIA - ES	MANUAL
230036	ESTADUAL	INST.PREV.ASS.SER.PUB.MUN.STA.LEOPOLDINA	SANTA LEOPOLDINA -ES	MANUAL
230037	ESTADUAL	SECRETARIA DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	VITORIA - ES	ELETRÔNICO
230038	ESTADUAL	INSTITUTO ESTADUAL DE SAUDE PUBLICA	VITORIA - ES	MANUAL
250010	ESTADUAL	POLICIA MILITAR	MACAPA - AP	ELETRÔNICO
250013	ESTADUAL	SECRETARIA DA FAZENDA	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250016	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	MACAPA - AP	ELETRÔNICO
250017	ESTADUAL	SEC. DA AGRIC. PESCA FLOR. E ABAST.	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250018	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	MACAPA - AP	ELETRÔNICO
250019	ESTADUAL	SEC. DE EST. PLAN. E COORDENACAO	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250020	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPA	MACAPA - AP	ELETRÔNICO
250023	ESTADUAL	SEC. EST. DO TRAB. E CIDADANIA	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250025	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMB.CIEN. TECN.	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250029	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR-AP	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250039	ESTADUAL	SECRETARIA DE TECNOLOGIA-AP	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250046	FEDERAL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250050	FEDERAL	COMPLEXO PENITENCIARIO-AP	MACAPA-AP	ELETRÔNICO
250051	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTE	BELEM/PA	ELETRÔNICO
250067	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIRO-AP QUADRO FEDERAL	BELEM/PA	ELETRÔNICO
250076	FEDERAL	POLICIA MILITAR FEDEDERAL EX-GOV. DO AMAPA	BELEM/PA	ELETRÔNICO
260003	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260009	ESTADUAL	POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260012	ESTADUAL	SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260014	ESTADUAL	SEDUC.FUNDEF PROFESSOR	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260015	ESTADUAL	SEDUC. FUNDEF APOIO	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260017	ESTADUAL	SEC. DE ESTADO DA SAUDE	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260020	ESTADUAL	PRONTO SOCORRO JOAO PAULO II	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260023	ESTADUAL	SEC. EST.DA SEG. DEFESA E CIDADANIA	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260024	ESTADUAL	DEFESSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RO	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260026	ESTADUAL	HOSPITAL DE BASE	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260029	ESTADUAL	POLICIA MILITAR CIVIL	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260031	ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO



260032	ESTADUAL	FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260033	ESTADUAL	SUPEN	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260034	ESTADUAL	SECRETARIA DO ESTADO E FINANÇAS	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260036	ESTADUAL	PENSOES ESPECIAIS SEPLAD	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260037	ESTADUAL	INATIVO SEPLAD	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260038	ESTADUAL	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO DE ORGAOS PUBLICA	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260041	ESTADUAL	BOMBEIRO MILITAR	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260044	ESTADUAL	COORD GERAL CONT MAT PATRIM SEPLAD	PORTO VELHO - RO	
260049	ESTADUAL	POLICIA MILITAR INATIVO	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260054	ESTADUAL	IPERON INS DE PREV DO EST RO	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260055	ESTADUAL	IPERON PENSIONISTA	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260060	ESTADUAL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDONIA	PORTO VELHO - RO	ELETRÔNICO
260062	ESTADUAL	VOLUNTARIO PM	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260077	ESTADUAL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260079	MUNICIPAL	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIAL	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260081	MUNICIPAL	SECRETARIA DE FAZENDA	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260082	MUNICIPAL	SECRETARIA DE ACC#O COMUNITARIA	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260087	MUNICIPAL	SEC.MEIO AMB. E DES. SUST.	PORTO VELHO - RO	MANUAL
260607	ESTADUAL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RONDONIA	PORTO VELHO - RO	
260612	MUNICIPAL	SEMAGRE PIMENTA BUENO	PIMENTA BUENO - RO	MANUAL
260616	MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE P BUENO	PIMENTA BUENO - RO	MANUAL
270006	FEDERAL	DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - BV	BOA VISTA/RR	ELETRÔNICO
270013	ESTADUAL	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	BOA VISTA/RR	ELETRÔNICO
270014	FEDERAL	MINISTERIO DA FAZENDA	MACEIO - AL	ELETRÔNICO
290010	FEDERAL	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	MACEIO - AL	MANUAL
290014	ESTADUAL	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO/AL	MACEIO - AL	MANUAL
290067	ESTADUAL	SECRETARIA DE AGRICULTURA	MACEIO - AL	MANUAL
290068	ESTADUAL	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE	MACEIO - AL	MANUAL
290069	ESTADUAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL	MACEIO - AL	MANUAL
290070	ESTADUAL	IPASEAL - PENSÕES	MACEIO - AL	MANUAL
290072	ESTADUAL	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM	MACEIO - AL	MANUAL
290073	ESTADUAL	UNCISAL	MACEIO - AL	MANUAL
290074	ESTADUAL	SECRETARIA DE SAÚDE	MACEIO - AL	MANUAL
290075	ESTADUAL	SECRETARIA COORDENADA DE JUSTICA	MACEIO - AL	MANUAL
290076	FEDERAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MACEIO - AL	MANUAL
290079	ESTADUAL	ENCARGOS GERAIS	MACEIO - AL	MANUAL
290080	ESTADUAL	POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	MACEIO - AL	MANUAL
290081	ESTADUAL	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR AL	MACEIO - AL	MANUAL
290084	ESTADUAL	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES/AL	MACEIO - AL	MANUAL
290085	ESTADUAL	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR	MACEIO - AL	MANUAL
290087	ESTADUAL	SECRETARIA DE REC. HUMANOS ADM. PUBLICA	MACEIO - AL	MANUAL



290088	ESTADUAL	SECRETARIA DA INDÚSTRIA / AL	MACEIO - AL	MANUAL
290089	ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO /AL	MACEIO - AL	MANUAL
290090	ESTADUAL	SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE /AL	MACEIO - AL	MANUAL
290092	ESTADUAL	SECRETARIA DE EMPREGO E RENDA E REL.TRAB	MACEIO - AL	MANUAL
290095	ESTADUAL	SECRETARIA DE JUSTIÇA DE ALAGOAS	MACEIO - AL	MANUAL
290100	ESTADUAL	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	MACEIO - AL	MANUAL
290102	ESTADUAL	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MACEIO - AL	MANUAL
290105	ESTADUAL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO/AL	MACEIO - AL	MANUAL
290108	ESTADUAL	INSTITUTO DE TERRAS	MACEIO - AL	MANUAL
290109	ESTADUAL	SERVICO DE ENGENHARIA/AL	MACEIO - AL	MANUAL
290111	ESTADUAL	FUNDACAO INST. DE PLANEJAMENTO	MACEIO - AL	MANUAL
290112	ESTADUAL	INST. ZUMBI DOS PALMARES	MACEIO - AL	MANUAL
290117	ESTADUAL	COMPANHIA ALAGOANA DE RECURSOS H. E PAT.	MACEIO - AL	MANUAL
290120	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE COITE DO NOIA	COITE DO NOIA/AL	MANUAL
290123	ESTADUAL	SECRETARIA DO GABINETE CIVIL	MACEIO - AL	MANUAL
290136	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAO DE ACUCAR	PAO DE ACUCAR - AL	MANUAL
290138	MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL DE MACEIO	MACEIO - AL	MANUAL
290139	ESTADUAL	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	MACEIO - AL	MANUAL
290146	MUNICIPAL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS	MACEIO - AL	MANUAL
290153	MUNICIPAL	PREFEITURA DE IGREJA NOVA	IGREJA NOVA/AL	MANUAL
290154	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATEGUARA	IBATEGUARA/AL	MANUAL
290206	ESTADUAL	DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO	MACEIO - AL	MANUAL
290220	MISTO	COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS	MACEIO - AL	MANUAL
290227	ESTADUAL	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL	MACEIO - AL	MANUAL
290228	ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS	MACEIO - AL	MANUAL
290237	FEDERAL	TRIBUNAL DE CONTAS DE ALAGOAS	MACEIO - AL	MANUAL
290239	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA	DELMIRO GOUVEIA/AL	MANUAL
290241	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO	MAJOR IZIDORO - AL	MANUAL
290243	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO	SAO SEBASTIAO - AL	MANUAL
810010	FEDERAL	SEXTO COMANDO AEREO REGIONAL - MAER	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810012	FEDERAL	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810017	FEDERAL	PRICENT.INT.DEF.AEREA/CONT.AEREA	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810022	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL NOVO GAMA	NOVO GAMA/ GO	ELETRÔNICO
810034	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA	FORMOSA/GO	MANUAL
810100	MUNICIPAL	PREFEITURA MUN. DE VALPARAISO DE GOIAS	VALPARAISO/ GO	MANUAL
810170	FEDERAL	IMPRESA NACIONAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810279	FEDERAL	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO/PENS	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810331	FEDERAL	INSTITUTO NACIONAL DE SEGUTO SOCIAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810380	FEDERAL	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810406	FEDERAL	FUNDO NAC DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCACAO-PENSIONISTA	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810474	FEDERAL	FUND ESCOLA NAC ADM PUBLICA - PENS	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO

810476	FEDERAL	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810510	FEDERAL	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810548	MISTO	ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DA POLICIA CIVIL	BRASILIA/DF	MANUAL
810549	MISTO	ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DA POLICIA CIVIL	BRASILIA/DF	MANUAL
810630	FEDERAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO D. FEDERAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810640	FEDERAL	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810650	FEDERAL	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810660	FEDERAL	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810662	FEDERAL	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810670	FEDERAL	DEPTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810760	FEDERAL	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810821	FEDERAL	MPOG / PENSIONISTA	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810881	FEDERAL	MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
810910	FEDERAL	MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
811001	FEDERAL	COMANDO DO EXERCITO - CIVIL PENS.	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
811105	FEDERAL	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL / SR	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
811522	FEDERAL	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
811532	FEDERAL	CONSELHO.NAC.DESEN.CIENTIFICO.TECNOL/PENS.	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
811972	FEDERAL	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA PENSIONISTA	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
815000	FEDERAL	MINISTERIO DA DEFESA - EXERC. BRASILEIRO	BRASILIA/DF	ELETRÔNICO
890003	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ - SP	TAUBATE - SP	MANUAL

3º OFÍCIO

28 ABR 1986

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

28 ABR 1986 896186

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Cedente contratado para efetuar a perante os Mutuários e repassar os valores ao Fundo.

As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- i) os Consignantes descontam dos vencimentos dos Mutuários, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Agente de Recebimento, ao Fundo ou ao Cedente, mensalmente, podendo ser realizado por uma única ou por várias transferências bancárias, na forma estipulada em cada Convênio;
- iii) o Agente de Recebimento, em conjunto com o Cedente, quando do recebimento dos valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Consignantes, informando quais Mutuários (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus proventos e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia ou outros descontos compulsórios que impossibilitem o desconto de proventos junto ao respectivo Consignante, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Cedente questiona o Consignante e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pelo Agente de Recebimento são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Mutuários inadimplentes é o descrito a seguir, sendo que eventuais despesas de cobrança serão suportadas igualmente por todas as Quotas do Fundo, independentemente da respectiva classe:

- i) caso o Mutuário tomador do empréstimo tenha-se desligado do respectivo Consignante, o Cedente busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas, notificações e emissão de boleto bancário de cobrança;
- ii) se a cobrança amigável é frustrada, o Cedente informará o fato aos serviços de proteção ao crédito, para inscrição do inadimplente; e eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, considerando-se, em cada caso, os valores devidos e os valores que serão despendidos com a cobrança judicial;
- iii) se a causa da inadimplência é a morte do Mutuário, busca-se cobrar o valor correspondente ao seguro, caso exista, ou ainda, o espólio; e

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

28 ABR 89 896186

ARQUIVO: COPIA EM MICROFILME
RUA DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- iv) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto de proventos devidos pelo Consignante ao Mutuário, que pode ocorrer nas hipóteses de ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Mutuário, mediante aprovação prévia das condições de renegociação pela Administradora e pelo Gestor, ou adotando-se o procedimento descrito no item (i) acima.

ANEXO II

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO

28 ABR 2008 896186

**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR**
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS
C.N.P.J. nº 08.284.271/0001-28

Suplemento ao regulamento da Distribuição Pública da 2ª Série de Quotas Sêniores do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Sêniores: 100.000 (cem mil) Quotas Sêniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão;
- c) Data de Emissão: 16 de abril de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 25 do 60º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas desta série, sendo que, caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: taxa média do CDI (over) no respectivo período, calculada diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 2% ao ano.
- f) Amortizações Programadas: 42 (quarenta e duas) amortizações mensais, todo dia 25 de cada mês, iniciando-se a partir do 19º (décimo nono) mês, contando-se da Data da 1ª Subscrição de Quotas desta série (as “Datas de Amortização”). A amortização mensal de cada Quota Sênior será determinada através da divisão do valor da Quota Sênior na Data de Amortização pela soma do (i) número de meses remanescentes e (ii) 1 (um), conforme tabela abaixo:

Mês (a contar da 1ª Subscrição de Quotas desta série)	Amortização Programada
19º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 42
20º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 41
21º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 40
22º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 39
23º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 38
24º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 37
25º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 36
26º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 35
27º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 34
28º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 33
29º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 32
30º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 31
31º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 30
32º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 29
33º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 28
34º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 27
35º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 26
36º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 25
37º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 24
38º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 23
39º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 22

40°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 21
41°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 20
42°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 19
43°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 18
44°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 17
45°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 16
46°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 15
47°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 14
48°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 13
49°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 12
50°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 11
51°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 10
52°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 9
53°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 8
54°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 7
55°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 6
56°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 5
57°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 4
58°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 3
59°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 2
60°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 1

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2008.

Adriano Rodrigo Elor Daniel Jamens de Souza
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1.

Thiago T. Amaral
Nome: THIAGO T. AMARAL

RG: 10937924 -3

CPF: 054543337 -19

2. *Camila Rodrigues Serra*

Nome:

RG: Camila Rodrigues Serra

CPF: 083.475.757-54

RG: 121319 CAD/RJ

ANEXO III

SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data de Publicação: 15 de abril de 2008

Relatório de Rating Preliminar

Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Empréstimos Consignados

Analistas: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com; Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 15 de abril de 2008. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subseqüentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 15 de abril de 2008

Instrumento	Rating	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Final Legal*
1ª Série de Cotas Seniores	brAAf	13,5	Agosto de 2012
2ª Série de Cotas Seniores	brAAf Preliminar	100	5 anos (60 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	37,8	Não aplicável

* Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Data de início do Fundo: 18 de agosto de 2007

Data esperada para a emissão da Segunda Série de cotas: Abril de 2008

Direitos creditórios: Empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos federais, estaduais e municipais, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Administrador do Fundo: Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

Originador dos direitos creditórios: Banco Rural S.A.

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

Estruturador: Banco Rural S.A. (Banco Rural)

Proteção de Crédito: Proporcionada pela subordinação de cotas (piso mínimo de 25%) e pelo spread excedente (inicialmente em 7,66% a.a.)

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, à segunda série de cotas seniores a serem emitidas pelo Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Empréstimos Consignados (Rural FIDC - Empréstimos Consignados), as quais terão o mesmo nível de senioridade que a primeira série de cotas seniores. O rating 'brAAf' atribuído a primeira série de cotas seniores foram mantidos. Os ativos subjacentes do Rural FIDC - Empréstimos Consignados são: empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a aposentados e pensionistas da

Previdência Social e os aposentados e pensionistas Civis e Militares dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais, originados pelo Banco Rural S.A., caixa e outros ativos de renda fixa, previstos no regulamento do Fundo.

O rating 'brAAF' atribuído ao Rural FIDC - Empréstimos Consignados na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do Fundo, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating atribuído ao Fundo indica que sua estrutura, seus mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem sua carteira fornecem uma proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito do Fundo incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (25%) e o *spread* excedente, inicialmente em 7,56% a.a.

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento geralmente apresentam taxas de inadimplência mais baixas do que aquelas presentes em carteiras de empréstimos pessoais tradicionais. Entre os fatores que contribuem para o bom desempenho das carteiras de empréstimos consignados estão o fato de os pagamentos mensais dos empréstimos serem deduzidos diretamente do salário do devedor, a relativa estabilidade de emprego dos servidores públicos e o fato de as entidades públicas estarem menos sujeitas às volatilidades de mercado do que os empregadores do setor privado.

O Rural FIDC - Empréstimos Consignados é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A segunda série de cotas seniores será resgatada cinco anos após a data de emissão e, portanto, deverá coexistir com a primeira série por aproximadamente 52 meses. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. A análise da Standard & Poor's levou em conta a premissa de pagamento total de principal e juros remuneratórios das cotas seniores no horizonte de amortização programada do Fundo, com base na análise de sensibilidade do fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Rural FIDC - Empréstimos Consignados em diferentes cenários de estresse.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos ativos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; bem como ao risco cambial apresentado pelo Fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%), *spread* excedente (inicialmente de 7,56% a.a.);
- O adequado histórico de crédito da carteira do originador;
- A capacidade do Banco Rural como originador da carteira de empréstimos subjacentes do Fundo;
- A sólida experiência do Banco Bradesco S.A., como custodiante do Fundo;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

- A qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do Fundo em razão da natureza rotativa da estrutura. Este risco é atenuado pelos critérios de elegibilidade bem definidos do Fundo.

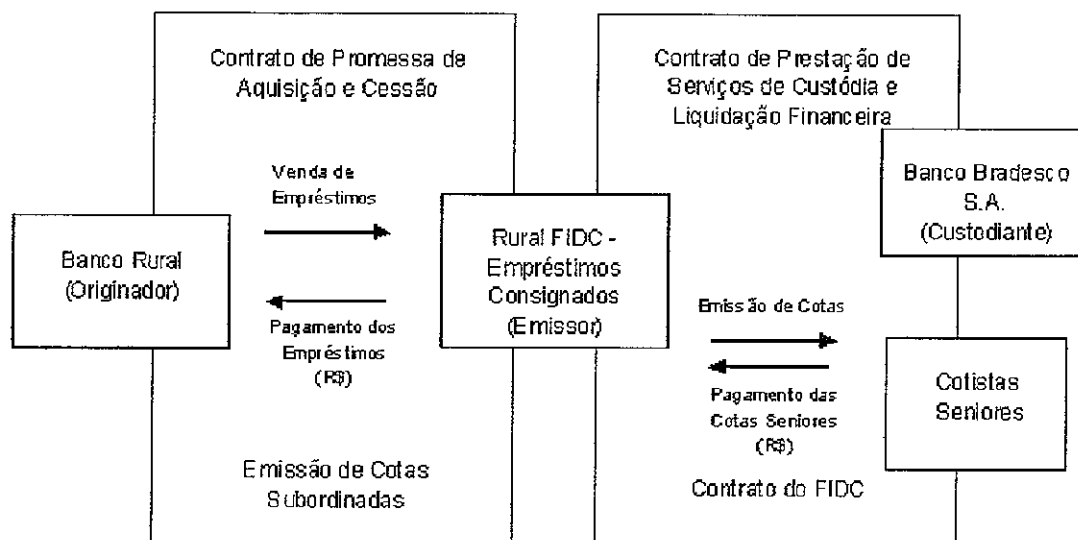
Descrição do Rural FIDC - Empréstimos Consignados

Características Gerais

O Rural FIDC - Empréstimos Consignados é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A segunda série de emissão de cotas do Fundo terá um prazo de vencimento de cinco anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo realiza compras rotativas de direitos creditórios originados pelo Banco Rural por meio de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos federais, estaduais e municipais, e a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão:



Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá novas cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Os detentores dessas cotas terão o direito de receber os rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos pessoais com consignação em folha denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de

renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores devem ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela carteira do Fundo. O originador detém as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Contrariamente ao que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. O Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo aos cotistas seniores da segunda emissão de séries equivalente à da Taxa DI Over + 2% a.a. As cotas subordinadas não possuem uma remuneração alvo específica, porém se beneficiam de todo o fluxo disponível, após o pagamento das despesas e da remuneração alvo das cotas seniores do Fundo.

Componente do Valor de Face

Apesar de o Rural FIDC - Empréstimos Consignados ter um prazo de duração indeterminado, a segunda série de cotas seniores será amortizada em até cinco anos contados a partir da data de emissão. A amortização dessas cotas será realizada em 42 (quarenta e duas) parcelas mensais, após um período de carência de 18 (dezoito) meses contados a partir da data de emissão.

Com a função de garantir que o Fundo mantenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento e no suplemento, o administrador do Fundo deverá manter em caixa, com 60 dias de antecedência, ativos com liquidez diária no montante equivalente a 30% da próxima amortização prevista, a 70% da próxima amortização prevista com 30 dias de antecedência e a 100% da próxima amortização prevista com 15 dias de antecedência.

As cotas subordinadas serão amortizadas somente após a amortização das cotas seniores e desde que a relação entre seu valor total e o patrimônio líquido do Fundo permaneça em 25%, após sua amortização. A partir do 44º mês, as cotas subordinadas não poderão ser amortizadas até que a totalidade das cotas seniores seja resgatada.

Fluxo de Recursos do Rural FIDC - Empréstimos Consignados

As entidades consignantes efetuam o pagamento de salários e benefícios aos seus funcionários, aposentados e pensionistas e retêm o montante devido por meio dos contratos de empréstimo com consignação em folha de pagamento. As quantias são, então, transferidas diretamente para a conta do Rural FIDC - Empréstimos Consignados no Banco Bradesco S.A. (custodiante). Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o custodiante calcula as provisões de perdas diárias, verifica os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.) que, em nome do Fundo, instrui o custodiante a realizar a formação das reservas e o pagamento das despesas do Fundo, efetua as amortizações e a compra de novos direitos creditórios dos originadores.

Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade do Rural FIDC - Empréstimos Consignados

As principais condições de cessão e critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- Devem ser provenientes de contratos de empréstimos pessoais a servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a aposentados e pensionistas da Previdência Social e os aposentados e pensionistas Civis e Militares dos Institutos de Previdências Estaduais e Municipais, originados pelo Banco Rural a taxas prefixadas;
- O pagamento deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento devidamente autorizada;
- Não poderão ser adquiridas parcelas de contratos cujos vencimentos sejam posteriores ao prazo de duração das séries de cotas seniores em andamento do Fundo;
- Os direitos creditórios devem ser oriundos de entes consignantes que não estejam inadimplentes no repasse de recebíveis cedidos ao Fundo por mais de sessenta dias;
- Um mesmo devedor não deve ter uma exposição maior que R\$ 50.000,00 em direitos creditórios cedidos ao Fundo;
- No momento da aquisição, o devedor não deve apresentar direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- Os direitos creditórios provenientes de empréstimos a funcionários públicos de consignantes

que sejam órgãos ou entidades da administração pública de estados, Distrito Federal e municípios não podem ultrapassar 15% do patrimônio líquido do Fundo;

- Os direitos creditórios provenientes de empréstimos a funcionários públicos dos três consignantes com o maior percentual financeiro, que sejam órgãos ou entidades da administração pública federal, não podem ultrapassar 50% do patrimônio líquido do Fundo, com exceção do INSS;

Riscos Relevantes de Estruturas de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, isolando-se a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar os ativos de seus originadores, como no caso de cedentes de recebíveis que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do Rural FIDC - Empréstimos Consignados. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o risco de inadimplência e *default* do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Além disso, neste caso, uma vez que cada pagamento de empréstimo é descontado automaticamente dos salários dos funcionários ou do benefício dos aposentados e pensionistas, o risco de inadimplência é razoavelmente diminuído. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento			
Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) <i>Default</i> do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(3) Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Não	Como o recebimento é feito diretamente pelo Banco Bradesco S.A., na função de Agente de Recebimento, não há risco de fungibilidade entre os recursos do Fundo e os do originador.
(4) Aspectos relacionados à administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Não	O principal administrador dos ativos é uma entidade independente (Mellon Serviços DTVM S.A.) não vinculada juridicamente ao originador dos ativos.
*N/A - Não se aplica.			

Os itens abaixo se referem às respectivas seções contidas na tabela.

Risco de Default do Devedor (Cliente)

Normalmente, o histórico de inadimplência e de perdas são os melhores indicadores da qualidade de crédito de uma carteira. A maioria das instituições financeiras e dos bancos brasileiros mantém empréstimos ou recebíveis inadimplentes por prazos muito maiores do que entidades similares em países de mercados não emergentes, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, se as políticas de reconhecimento de perdas são discricionárias e estão sujeitas à manipulação, torna-se difícil determinar o valor dos empréstimos vencidos. Por esse motivo, os critérios para empréstimos pessoais garantidos concentram-se na análise das inadimplências em estado adiantado, como indicadores da qualidade de crédito.

Custos de Manutenção da Carteira

Em operações lastreadas em empréstimos pessoais, é comum se criar uma reserva para cobrir juros e custos associados aos serviços e às obrigações fiduciárias do Fundo, que serão incorridos durante sua vida. Uma vez que os empréstimos pessoais são ativos que rendem juros, a Standard & Poor's também leva em conta o nível de *spread* excedente observado entre os ativos subjacentes e o rendimento alvo das cotas do Fundo.

Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis do Banco Rural. Nesse caso, não há risco de fungibilidade, pois os pagamentos dos direitos creditórios cedidos ao Rural FIDC - Empréstimos Consignados serão efetuados diretamente na conta do Fundo.

Aspectos Relacionados à Administração

No caso do Rural FIDC - Empréstimos Consignados, o principal administrador não será o originador, mas uma entidade independente, a Mellon Serviços DTVM S.A., que tem um bom histórico no mercado brasileiro.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

Análise de Sensibilidade

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAAf', submetemos os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se como caso base o nível de inadimplência máximo da carteira selecionada e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento da carteira selecionada, um nível de inadimplência conservador foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para se determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, o reforço de qualidade de crédito foi submetido a outros testes de estresse, utilizando-se diferentes variáveis, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Uma vez que a informação da carteira selecionada foi analisada, o *proxy* de severidade de perda de crédito foi estabelecido com base nas informações de volume de inadimplência superior a 180 dias. Dessa forma, o índice de perda adotado foi de 6,1%, que é uma média conservadora, dado o desempenho da carteira de empréstimos originados pelo Banco Rural, o desempenho de outros FIDCs lastreados pelos mesmos ativos originados pelo Banco Rural e os critérios de elegibilidade da transação. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAf'. O múltiplo utilizado para um cenário 'brAAf' foi de 4,0x. Abaixo listamos cinco principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
Perdas de crédito	23,2%	23,2%	23,2%	23,2%	23,2%
Período de concentração das perdas de crédito	Ano 1: 5%	Ano 1: 10%	Ano 1: 25%	Ano 1: 20%	Ano 1: 20%
	Ano 2: 10%	Ano 2: 20%	Ano 2: 25%	Ano 2: 20%	Ano 2: 20%
	Ano 3: 15%	Ano 3: 20%	Ano 3: 20%	Ano 3: 20%	Ano 3: 20%
	Ano 4: 30%	Ano 4: 20%	Ano 4: 15%	Ano 4: 20%	Ano 4: 20%
	Ano 5: 40%	Ano 5: 30%	Ano 5: 15%	Ano 5: 20%	Ano 5: 20%
Pré-pagamento	Não	Não	Não	Não	Sim (equivalente a 15%)

Inadimplência

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os *pools* estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes, bem como o histórico de outros Fundos de Investimento em Direitos Creditórios lastreados por ativos originados pelo Banco Rural, os quais apresentaram taxas de perda entre 4% e 6,2%. O histórico de recebimentos da carteira estática foi também analisado, o que possibilitou a avaliação do efeito real da inadimplência como um *proxy* para as perdas de crédito na carteira selecionada.

Pré-Pagamento

Devido ao acirrado ambiente competitivo entre as entidades financeiras que concedem empréstimos com dedução em folha de pagamento, as taxas de pré-pagamento têm se expandido de forma geral no mercado. O histórico de pré-pagamentos para empréstimos consignados no Banco Rural é de aproximadamente 13%. Entre as análises de sensibilidade do fluxo de caixa realizadas pela Standard & Poor's, foi incluído um cenário de taxas de pré-pagamento de 15%, mantendo o mesmo nível de perda esperada aplicado para os outros cenários (23,2%). Este cenário considerou que todos os empréstimos pré-pagos foram descontados à taxa média dos contratos, portanto resultando em perda no valor presente dos ativos que dão lastro à transação,

os quais são cedidos à taxa mínima de cessão de 185% do CDI. Sob este cenário, as cotas seniores puderam ser resgatadas, acrescidas de sua rentabilidade alvo.

Reforço da Qualidade de Crédito

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, foi estruturado um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAAf'. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 25% e de *spread* excedente, inicialmente de 7,56% a.a. ($185\% \times 11,25\% - (11,25\% + 2\%)$). A taxa de desconto mínima dos recebíveis foi alterada recentemente de 175% para 185% da Taxa DI Over.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do Rural FIDC - Empréstimos Consignados

Qualquer uma das situações abaixo será considerada um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Rural FIDC - Empréstimos Consignados a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Inobservância de seus deveres e obrigações por parte do Administrador, do Custodiante, ou do Agente de Recebimento do Fundo;
- Qualquer evento que implique em transferência de controle de quaisquer dos Cedentes;
- Rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de cotas seniores em circulação em um degrau abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- Não constituição da reserva de liquidez;
- Impossibilidade de compra de direitos creditórios que cumpram os Critérios de Elegibilidade;
- Aquisição de direitos creditórios que não cumpram os critérios de elegibilidade;
- Gatilho de desempenho: caso o somatório do valor contábil de direitos creditórios vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 60 dias corridos, representar, a qualquer momento, 6% ou mais do patrimônio líquido do Fundo.

Eventos de Liquidação do Rural FIDC - Empréstimos Consignados

Caso ocorram quaisquer dos seguintes eventos, será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Rural FIDC - Empréstimos Consignados: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para a liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- A intervenção judicial ou liquidação de qualquer um dos originadores;
- Os cotistas determinam a liquidação do Fundo em Assembléia Geral convocada para este fim;
- Renúncia da instituição administradora, sem que tenha ocorrido sua substituição;
- Falência, intervenção judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da administradora;
- Não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas;
- Caso o nível de subordinação permaneça abaixo do piso mínimo por cinco dias úteis consecutivos, após o prazo de reenquadramento.

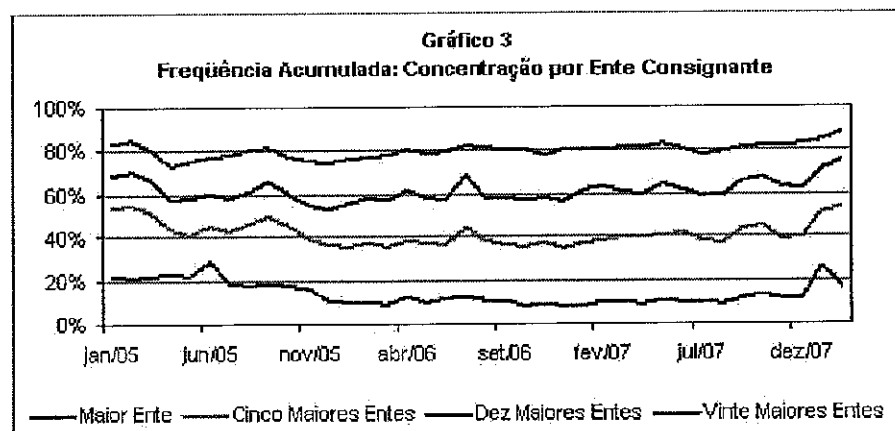
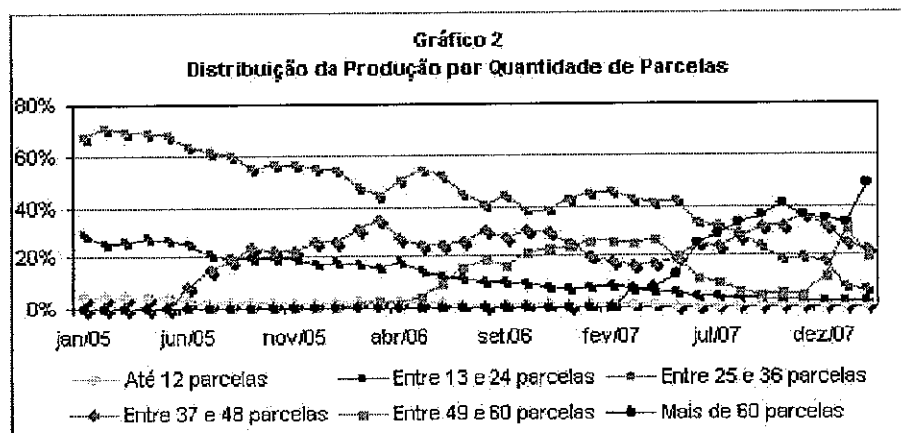
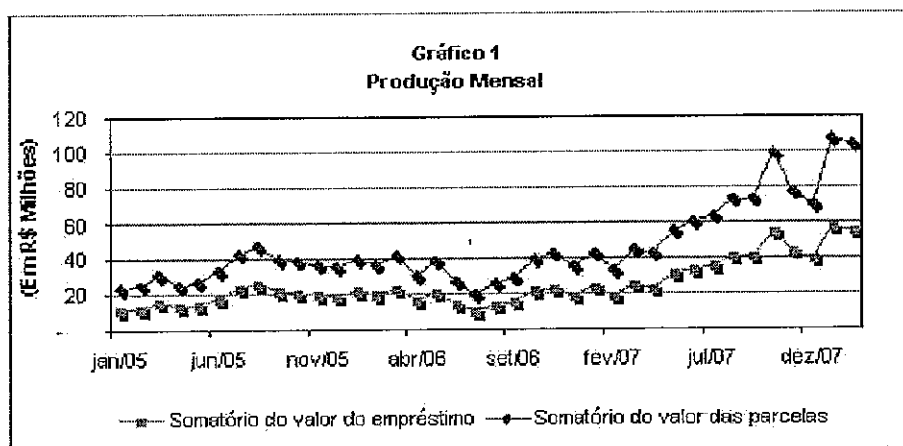
Visão Geral do Banco Rural

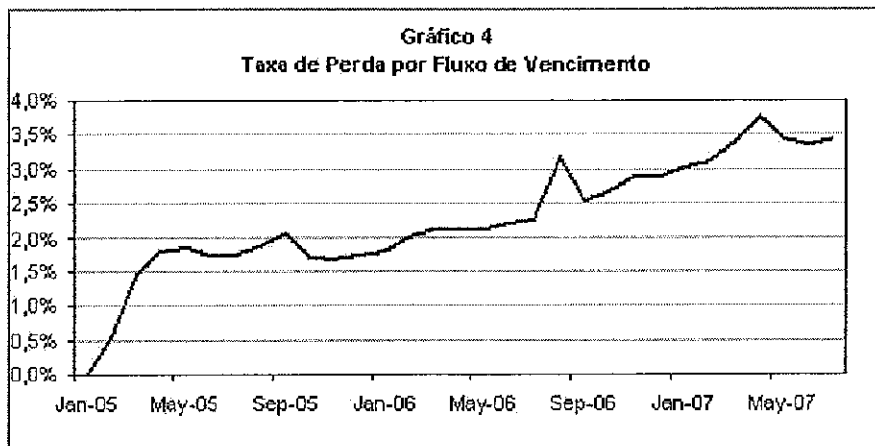
O Banco Rural é um banco múltiplo de médio porte, sediado em Belo Horizonte, que opera em duas principais áreas: empréstimos de capital de giro para empresas de pequeno e médio porte com garantia de duplicatas; e empréstimos com consignação em folha de pagamento para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS.

Os empréstimos para pequenas e médias empresas sempre foram o principal foco de atuação do Banco Rural. Contudo, nos últimos anos, os empréstimos com consignação em folha de pagamento para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS têm adquirido cada vez mais importância.

A carteira de depósitos da instituição cresceu 1% entre dezembro de 2006 e dezembro de 2007 (de R\$ 512 milhões para R\$ 517 milhões), enquanto a carteira de créditos consignados atingiu R\$ 600 milhões no final de 2007.

Anexo – Características dos Empréstimos a Servidores Públicos Concedidos pelo Banco Rural e Elegíveis ao Rural FIDC- Empréstimos Consignados





Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2008 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO IV

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e à Administradora do

Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Empréstimos Consignados

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de

Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Empréstimos Consignados em 31 de dezembro de 2007 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido, correspondentes ao período de 16 de agosto de 2007 (início das atividades) a 31 de dezembro de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Empréstimos Consignados em 31 de dezembro de 2007 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes ao período de 16 de agosto de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

28 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-RJ

Alberto Spilborg Neto
Contador CRC 1SP160482/O-6-S-RJ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A., sociedade com sede na Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do **RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS (“FUNDO”)** e responsável pela distribuição pública da segunda emissão de quotas seniores do Fundo (“Oferta” e “Quotas”, respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta; (ii) que o prospecto da Oferta contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2008

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DA OFERTA

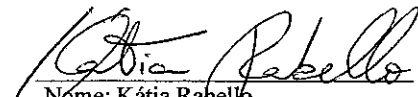



DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

O Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 927, 13º andar, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 17.360.777/0001-60 (o “Coordenador Líder”), neste ato representado por seus diretores a Sra. Kátia Rabello, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº MG-155.754 (SSP-MG), inscrita no CPF/MF sob o nº 293.928.966-20 e o Sr. José Roberto Salgado, brasileiro, separado judicialmente, economista, portador da Carteira de Identidade MG 2.443.705 (SSP/MG), inscrito no CPF/MF sob o nº 279.103.006-97, ambos residentes e domiciliados em Belo Horizonte/MG, na qualidade de Coordenador Líder da Distribuição Pública da 2ª Série de Quotas Seniores do Rural Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados (o “Fundo”), declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003: (i) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2008.

Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.


Nome: Kátia Rabello
Cargo: Diretora


Nome: José Roberto Salgado
Cargo: Diretor

ADMINISTRADORA

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.

INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA E ESTRUTURADORA

RURAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CUSTODIANTE E AGENTE DE RECEBIMENTOS

BANCO BRADESCO S.A.

GESTOR

BNY MELLON ASSET MANAGEMENT BRASIL LTDA.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

STANDARD & POOR'S

AUDITORES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES